

**SOLANGE MARIA BERTOL COPETTI**

**POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONTRIBUIÇÕES NA GESTÃO  
DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FISIOTERAPIA DA FADEP**

**CURITIBA  
2006**

**SOLANGE MARIA BERTOL COPETTI**

**POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONTRIBUIÇÕES NA GESTÃO  
DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FISIOTERAPIA DA FADEP**

Dissertação apresentada como exigência para  
obtenção do título de Mestre em Educação no  
Programa de Mestrado em Educação da Pontifícia  
Universidade Católica do Paraná – PUCPR.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Eyng.

**CURITIBA  
2006**

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Jaime e Ledir, pelo exemplo de luta e dignidade que nos levaram a chegar onde estamos.

Dedico ao meu marido Elvio, pela compreensão e apoio no meu trabalho, e aos meus filhos Gustavo e Maria Clara como compensação da mãe-ausente.

Dedico aos meus pacientes e alunos, que me ensinam diariamente que o conhecimento será uma busca constante.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por me fazer acreditar cada vez mais em sua presença, colocando-me desafios, mas apontando os caminhos para seguir.

Agradeço a minha colega Adriane, que numa tarde de sexta-feira me ajudou a dar um início em uns rabiscos que hoje se transformaram em uma dissertação.

Às minhas amigas Tânia, Daniele, Maristela e Márcia, pela companhia e companheirismo nesta jornada.

Ao diretor da FADEP, Eliseu, pela confiança em mim depositada.

Às professoras Maria Amélia e Maria Lourdes pelas suas valorosas contribuições neste trabalho.

À minha professora Ana Maria, pela compreensão, dedicação e determinação, qualidades que destacam a sua função de orientadora.

## RESUMO

O presente trabalho tem como tema a Avaliação Institucional concebida como política institucional na gestão do projeto pedagógico dos cursos de graduação. A pesquisa teve como problema: A comunidade interna constituída por gestores, professores e alunos percebem a avaliação institucional como estratégia na gestão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação? E como objetivo geral: analisar as influências da Avaliação Institucional no aperfeiçoamento do processo formativo na educação superior. A pesquisa se orienta por uma perspectiva metodológica qualitativa, que permite descrever a realidade e desenvolver a compreensão do objeto de estudo, mediante contato direto do pesquisador com o seu objeto de pesquisa. A fundamentação teórica do trabalho divide-se em quatro capítulos, nos quais são enfocados: O Ensino Superior Brasileiro num contexto em transformação, discutindo os desafios e as possibilidades da educação superior a partir da legislação vigente e do envolvimento de toda a comunidade acadêmica; A Avaliação Institucional, através da qual é possível buscar a melhora constante da qualidade da Instituição de Ensino Superior através do diagnóstico pro-ativo. A avaliação aqui destacada é a do Projeto pedagógico, uma vez que a existência deste pressupõe uma avaliação constante a fim de adaptá-lo às exigências vigentes. O Projeto Pedagógico compreendido como uma ação coletivamente construída com o objetivo de determinar os caminhos da aprendizagem que o aluno percorrerá ao longo de sua formação acadêmica; e a Fisioterapia, como a ciência que atua na promoção da Saúde Humana, prevenindo, identificando, corrigindo disfunções agudas ou crônicas do movimento, restaurando a incapacidade funcional de órgãos ou sistemas do corpo humano. As informações obtidas na realização do estudo de caso em uma Instituição de Educação Superior indicam a necessidade de uma melhor compreensão e vivência do Projeto Pedagógico e dos objetivos da Avaliação Institucional, por parte dos professores e dos alunos, para que haja unidade e organicidade da proposta da Instituição, e que esta proposta seja continuamente aperfeiçoada.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais, Avaliação Institucional, Projeto Pedagógico, Curso de Fisioterapia.

## ABSTRACT

The object of the present work is the Institutional Evaluation perceived as an institutional policy in the management of the graduation courses. The main problem in this research was to investigate whether the academic community along with administration, teachers and students realized the institutional evaluation as a strategy in the graduating courses management. The general goal was to analyze the institutional evaluation influences in improving the formative process on higher education. The research was a qualitative study of case that allowed describing the reality and developing an understanding of the object of study through a direct contact of the researcher and the researched object. This work is divided in four chapters, on which are focused: **The Brazilian Superior Education** in a context on transformations, discussing the challenges and possibilities of superior education through the present legislation and the involvement of the whole academic community; **The Institutional Evaluation**, through which is possible to seek continuous improvement in the Superior Education Institution through proactive diagnoses. The institutional evaluation as conceived in the pedagogic project presumes a constant evaluation in order to modernize and adapt the institution to the academic and community demanding. **The Pedagogic Project** is defined in this study as an action built by the academic community dealing to determine the ways for the learning process during the professional formation. teaching and learning in which the student will achieve through his academic formation; and the **Physiotherapy** as a profession related to the Human Health promotion by preventing, identifying and correcting acute or chronic movement dysfunctions and restoring organs and systems functional incapability in the human body. The physiotherapist formation is focused in technical, humanistic and ethics knowledge, in order to built professionals capable to fulfill the necessities of the community. The process and analysis of data are still in elaboration though it has been possible to obtain some partial results.

**Key-words:** Educational politics, Institutional Evaluation, Pedagogic Project, Physiotherapy Graduation

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>5</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>6</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2. O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA .....</b>	<b>19</b>
2.1 – Os DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA .....	19
<b>3. A GESTÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR .....</b>	<b>31</b>
3.1 PRESSUPOSTOS DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR .....	31
3.2 PRESSUPOSTOS DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	36
3.3 A FISIOTERAPIA DAS SUAS ORIGENS AO CONTEXTO ATUAL.....	45
<b>4. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR .....</b>	<b>58</b>
4.1. POLÍTICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL .....	58
4.2 Os PRESSUPOSTOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....	64
4.3 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO .....	72
<b>5. A PESQUISA DE CAMPO .....</b>	<b>75</b>
5.1 O PROCESSO DE LEVANTAMENTO DE DADOS .....	75
5.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	76
<b>6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS .....</b>	<b>83</b>
6.1 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO INVESTIGADO.....	83
6.2 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	89
6.3 DADOS OBTIDOS MEDIANTE ENTREVISTA COM OS GESTORES INSTITUCIONAIS .....	90
6.4 DADOS OBTIDOS MEDIANTE QUESTIONÁRIOS APLICADOS À PROFESSORES. ....	98
6.5 DADOS OBTIDOS MEDIANTE QUESTIONÁRIOS APLICADOS À ALUNOS. ....	103
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>120</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As transformações decorrentes do desenvolvimento técnico-científico trouxeram consigo uma exigência cada vez maior no que diz respeito à qualidade em todas as instâncias do cotidiano. Os avanços tecnológicos e científicos delineiam um novo rumo para uma sociedade em constante transformação. A qualidade e a eficiência são exigências cada vez mais constantes no que tange aos diversos aspectos da vida na sociedade e no trabalho, exigindo mudanças principalmente no contexto educacional.

A Universidade, que desde a sua origem é considerada como o centro irradiador do saber e de formação de profissionais-cidadãos capacitados para agir em prol das transformações que vem ocorrendo, assume um papel ainda mais relevante, pois se atribui a ela a capacitação do profissional, que deverá, ao término do seu curso, ser capaz de atuar de forma ativa e competente para desenvolver suas atividades com ética, agindo em prol da melhoria das condições sociais. Libâneo (1998, p. 7), reforça este pensamento ao afirmar que a escola ideal é:

Aquela que assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã, possibilitando uma relação autônoma, crítica e construtiva com a cultura em suas várias manifestações para formar cidadãos participantes em todas as instâncias da vida social contemporânea, articulando os objetivos convencionais da escola às exigências da sociedade comunicacional, informática e globalizada.

Assim, a razão de existir de um curso universitário é formar o profissional-cidadão, que seja capaz de atuar de modo efetivo e consciente, devendo estar preparado para acompanhar a evolução não só de sua profissão, mas das transformações ocorridas no contexto mundial.

A educação superior exerce uma função formadora. A exigência da formação de qualidade faz com que esta seja buscada constantemente, pela construção e



aperfeiçoamento de uma proposta pedagógica. A formação do profissional não visa somente prepará-lo para atuar com competência no mundo de trabalho, uma vez que as transformações no contexto social e profissional exigem do profissional-cidadão que este tenha uma visão ampla. O profissional deverá ser capaz de dar continuidade na sua formação, com espírito crítico e ousado para buscar o seu aperfeiçoamento constante no contexto pessoal e profissional.

Nessa perspectiva, a educação superior há que estar em processo de aperfeiçoamento continuado, com vistas aos ajustes ou mudanças necessárias frente às transformações que vem ocorrendo. Por isso, uma das estratégias para a verificação de tais condições para a tomada de decisão com vistas ao aprimoramento é a avaliação institucional.

Portanto, a escolha do **tema** de pesquisa nessa dissertação “Avaliação Institucional” deve-se ao fato de esta ser estratégica para a melhora da formação ofertada por uma Instituição de Ensino Superior. A avaliação permite à comunidade interna e externa conhecer a qualidade da proposta educacional em desenvolvimento, indicando as mudanças necessárias e o que tem sido feito em busca do aperfeiçoamento constante.

A avaliação Institucional como estratégia na gestão do projeto pedagógico, alimenta o processo de mudança curricular, orientando a tomada de decisão a partir dos dados obtidos e analisados. As decisões pautadas no conjunto dos resultados da avaliação permitem o aperfeiçoamento das condições de ensino, de pesquisa e de extensão, ou seja, o aperfeiçoamento da atuação de toda a comunidade acadêmica, envolvida diretamente com o processo.

Segundo Mintzberg (2000, p.18) a estratégia comumente determina um plano ou uma direção para executar uma ação. Porém, ao observar não o que se

pretendia, mas o que se fez de fato, às vezes foge-se à definição do termo. Esse autor afirma que "estratégia é um padrão, isto é, consistência em comportamento ao longo do tempo". Dessa forma há estratégias pretendidas e estratégias realizadas. As estratégias pretendidas nem sempre são realizadas, pois dependem de eventos inesperados que podem surgir no decorrer do percurso.

Isto porque, afinal de contas, realização perfeita significa previsão brilhante, para não mencionar falta de disposição para adaptar-se a eventos inesperados, ao passo que a não-realização sugere uma certa dose de negligência. O mundo real exige pensar à frente e também alguma adaptação frente ao percurso. (MINTZBERG, 2000, P.18).

Entre as estratégias pretendidas e as realizadas, surgem as estratégias cujo padrão não era expressamente pretendido. Estas são as estratégias emergentes. Segundo Mintzberg (2000), "os estrategistas eficazes misturam as estratégias de maneira que reflitam as condições existentes, especialmente capacidade para prever e também a necessidade de reagir a eventos inesperados".

Considerando a dinâmica entre o pretendido, o realizado e as necessidades surgidas no desenvolvimento da proposta, ressalta-se a importância da realização da pesquisa na qual a Avaliação Institucional é entendida como a estratégia que orienta o processo de tomada de decisão com vistas ao aperfeiçoamento de um curso, tendo-se como base o Curso de Fisioterapia da Faculdade de Pato Branco – FADEP, onde foi desenvolvida a mesma.

O projeto de investigação adota como pressupostos: que a avaliação institucional tem como propósito obter o conhecimento acerca do conjunto das ações institucionais; que o conhecimento obtido na avaliação institucional é capaz de orientar o processo decisório com vistas à melhora institucional. Nessa perspectiva a avaliação institucional se constitui em estratégia na gestão do Projeto Pedagógico Institucional – PPI e de seus Projetos Pedagógicos de Cursos - PPC.

O **problema de pesquisa** aqui focado se orienta na questão: *A comunidade interna constituída por gestores, professores e alunos percebe a avaliação institucional como estratégia na gestão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação?*

O **objetivo Geral** da pesquisa busca:

- Analisar as contribuições da Avaliação Institucional no aperfeiçoamento do projeto pedagógico dos cursos de graduação.

Tendo como objetivos específicos:

- Analisar a compreensão da interdependência entre projeto pedagógico e avaliação institucional segundo a percepção de alunos, professores e gestores;
- Examinar as contribuições que a avaliação tem trazido para a instituição e para o projeto pedagógico do curso de fisioterapia, segundo a percepção de alunos, professores e gestores.
- Identificar a contribuição do Projeto Pedagógico do Curso no processo de formação do fisioterapeuta, segundo a percepção de alunos, professores e gestores.

A pesquisa foi orientada por uma perspectiva **metodológica** qualitativa, que permitiu descrever a realidade e desenvolver a compreensão do objeto de estudo, através do contato direto do pesquisador com o seu objeto de pesquisa. Ludke & André (1986), justificam a necessidade da presença direta e prolongada do pesquisador, para a observação constante do problema. Ressaltam que os dados coletados são puramente descritivos, devendo o pesquisador estar atento a um maior número possível de itens que possam ser investigados, preocupando-se também como se processam tais dados.

A abordagem qualitativa não pode prescindir da análise quantitativa dos dados apurados. Esta abordagem permite que os dados sejam analisados e interpretados criticamente, enquanto que a necessidade de uma análise quantitativa se justifica para dar uma maior objetividade aos enunciados subjetivos.

A pesquisa consiste num estudo de caso, por compreender uma instância singular. Ludke e André (1986) descrevem as características fundamentais do Estudo de Caso:

1. Os estudos de caso visam à descoberta. Mesmo que inicialmente o pesquisador tenha alguns pressupostos, ele deverá estar atento aos novos elementos que poderão surgir durante o estudo. Consciente de que o conhecimento não é algo acabado, o investigador buscará novas respostas e novas indagações no decorrer da pesquisa.
2. Os estudos de caso enfatizam a interpretação em contexto, isto é, o pesquisador deverá levar em conta o contexto onde se desenvolve a pesquisa, pois o local, as condições e a época em que se desenvolve a pesquisa, poderão ajudar na explicação de como se processa alguns fatores.
3. Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda. A pesquisa deverá focar a multiplicidade de dimensões presentes numa situação ou problema.
4. Os estudos de caso usam uma variedade de fonte de informação. Os dados são coletados em diferentes momentos, com vários informantes e de diferentes formas, que possibilita ao investigador cruzar informações, confirmar ou rejeitar hipóteses, e descobrir novos dados.
5. Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas. Ao relatar as suas experiências durante o estudo, este poderá servir como fonte de indagação ao leitor de como este poderá aplicar à sua realidade. Podendo associar os dados contidos no estudo com os dados da sua experiência pessoal.
6. Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social. Quando há opiniões divergentes sobre o objeto estudado, o pesquisador procurará levantar essa divergência de opiniões, revelando o seu próprio ponto de vista sobre a questão, permitindo que o leitor tire suas conclusões sobre os pontos contraditórios. “O pressuposto que fundamenta essa orientação é o de que a realidade pode ser vista sob diferentes perspectivas, não havendo uma única que seja a mais verdadeira”.
7. Os relatos do estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa. Os dados obtidos poderão ser apresentados de forma menos formal, e de diferentes formas, com a preocupação maior de que haja uma transmissão clara e direta, num estilo que se aproxime da experiência pessoal do leitor.

O processo de Investigação contemplou o Curso de Fisioterapia da Faculdade de Pato Branco – FADEP, englobando os alunos do primeiro, terceiro, quinto, sexto e sétimo períodos, do primeiro semestre de 2005. Estas eram as turmas existentes no período da investigação. Fomos analisados 20% dos questionários aplicados a cada turma. Aos professores fisioterapeutas, que no momento se apresentavam em número igual a sete, foram aplicados igualmente questionários. Com os gestores,

que compreende a Direção Geral, Direção Pedagógica e Coordenação do curso de Fisioterapia, foram feitas entrevistas. A análise documental do Projeto Político Pedagógico enfocou o perfil, competência e habilidades propostas no documento. As conclusões que os resultados dessa pesquisa suscitarem serão apresentados e discutidos com os envolvidos na investigação. Espera-se que os apontamentos da investigação possam orientar a tomada de decisão, visando à melhoria do curso de Fisioterapia.

Como procedimentos de pesquisa foram utilizados questionários, entrevistas e análise de documentos institucionais. No processo de levantamento de dados foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com a coordenação, direção pedagógica e direção geral da FADEP, as quais continham perguntas que se interrelacionaram com os questionários entregues aos professores e alunos, objetivando assim obter respostas sobre os mesmos aspectos, sob diferentes pontos de vista. Também foi realizada a análise documental do Plano de Desenvolvimento Institucional, do Projeto de Avaliação Institucional e do Projeto Político Pedagógico do Curso de Fisioterapia da FADEP, que objetivou o conhecimento dos pressupostos que orientam a formação do aluno dessa Instituição.

A fundamentação teórica da dissertação compreende os seguintes aspectos que se inter-relacionam. São eles: Educação Superior, o Projeto Pedagógico, a Fisioterapia e a Avaliação Institucional.

A educação Superior, no segundo capítulo, enfoca os desafios e as possibilidades das Instituições de Ensino, na busca de um ensino de qualidade, tendo em vista a formação do profissional-cidadão que seja capaz de agir em prol das transformações sociais necessárias. A reflexão sobre a educação superior está fundamentada em: Moraes (1988), Gisi (2004), Chauí (1999), Zainko (2005), Veiga

(1995), Neves (1995), Santos (1997); Buarque (1994); Deliberato (2002); Rebelato e Botomé (1999). Estes autores destacam a necessidade de acompanhamento e reformulações nos projetos e estratégias de ensino, tendo em vista a constante transformação que a Educação Superior vem sofrendo. A avaliação institucional é aqui destacada como estratégia para a gestão e para toda a comunidade acadêmica perceber as necessidades de ajustes e proceder neste sentido.

No terceiro capítulo é abordado o Projeto Pedagógico, que juntamente com a Avaliação Institucional são estratégias e ferramentas da gestão Universitária. O processo de Avaliação Institucional permite conhecer e aprimorar o Projeto Pedagógico de um curso. O aperfeiçoamento do projeto de curso deve se constituir objetivo compartilhado coletivamente e ser objeto de ação contínua, pois se trata da proposta que tem como objeto a formação do profissional-cidadão num contexto em transformação. Eyng (2002, p 63) ressalta que “A proposta pedagógica tem como primeiro compromisso a formação do cidadão capaz de ter acesso aos bens e serviços, de participar da gestão dos espaços comunitários e a exercer sua responsabilidade social”.

O projeto pedagógico de um curso engloba a prática pedagógica, os objetivos, as competências e habilidades, a concepção e o perfil do profissional que pretende formar. Nele estão os planos e as metas compatíveis com a formação desejada, sendo o elemento articulador de todas as práticas e saberes vivenciados no cotidiano do processo de ensino e aprendizagem. O projeto pedagógico é, portanto, o elemento articulador das práticas e saberes vivenciados no cotidiano do processo ensino-aprendizagem na formação do profissional cidadão.

Este capítulo está fundamentado nos seguintes autores: Bussman (1995), Veiga (1995), Neves (1995), Zainko (1998), Costa (1998); Demo (1993), Eyng

(2002), Gadotti (2000), Moreira (1997), Saviani (1994), Santomé (1998), Vasconcelos (1995), Veiga-Neto (1997).

No capítulo três são analisadas também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a elaboração do Projeto Político Pedagógico do curso de Fisioterapia. Abordada como área de conhecimento e campo de atuação profissional, a fisioterapia é enfocada com referência nos seguintes autores: Arnould-Taylor (1999); Deliberato (2002); O'Sullivan & Schimitz (1993); Rebelatto & Botomé (1999); Santomé (1998).

Numa concepção atual a fisioterapia pode ser entendida como a ciência que utiliza os meios físicos e naturais na prevenção de doenças, promoção de saúde e reabilitação dos indivíduos lesados. A Fisioterapia atua na promoção da saúde humana, prevenindo, identificando, corrigindo disfunções agudas ou crônicas do movimento, restaurando a incapacidade funcional de órgãos ou sistemas do corpo humano.

Segundo o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional,

O Fisioterapeuta é o profissional de saúde, com formação acadêmica superior, habilitado à construção do diagnóstico dos distúrbios cinéticos funcionais (diagnóstico cinesiológico funcional), a prescrição das condutas fisioterapêuticas, a sua ordenação e indução no paciente bem como, o acompanhamento da evolução do quadro clínico funcional e as condições para alta do serviço. (COFFITO, 2005).

Baseado na interpretação dos sinais e sintomas apresentados e na análise dos processos sinérgicos envolvidos, bem como nas alterações da cinesia funcional, o fisioterapeuta estabelece o diagnóstico patocinesiológico, categorizando-o em distúrbios, disfunções e incapacidades, possibilitando a este, realizar o prognóstico fisioterapêutico, fundamentando sua intervenção, justificado pelo estágio da incapacidade funcional em que o paciente se encontra.

O quarto capítulo trata da Avaliação Institucional, sua importância no Ensino Superior, às mudanças ocorridas e os seus objetivos. Este capítulo está embasado nos seguintes autores: Amorim (1992); Dias Sobrinho (2000, 2002, 2003); Ristoff (1995); Guimarães (2003); Hoffmann (2001); Maciel (2003); Ribeiro (2003); Vianna (1999), Suanno (2002), de Blasi (2003), Busmann (1995), Escudero (2004), Pina e Sanz (2001), Veiga (1995).

A Avaliação Institucional permite à Instituição de ensino superior e toda a comunidade acadêmica, repensar o papel da Instituição, seus objetivos, seus recursos, suas metas, e principalmente a possibilidade de inovações, a partir da compreensão da realidade em que está inserida, e como vem se desenvolvendo os seus propósitos. Dias Sobrinho (2002, p.37), afirma que “A avaliação produz sentidos, consolida valores, afirma interesses, provoca mudanças, transforma. Tem dimensão pública, por isso é política e ética”.

A pesquisa realizada poderá contribuir na melhora dos projetos pedagógicos dos cursos mediante a Avaliação institucional, considerando a tomada de decisão pautada nos seus resultados. O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Faculdade de Pato Branco – FADEP, explica a necessidade da implantação da avaliação Institucional em decorrência dos “próprios objetivos firmadores legitimamente expressos nos dispositivos regimentais que evidenciam referências a fim de que a avaliação se constitua caminho processual para a tomada de decisões em nível institucional” (PDI, 2002, p.131).

Além da relevância para a instituição, como fisioterapeuta, atuando na docência, este estudo de caso permitiu uma visão global do referido curso, bem como o conhecimento da interdependência dos aspectos teórico-práticos dos processos e também permitirá aos envolvidos no processo, um conhecimento



ampliado do curso, com possibilidade de propor ações conjuntas a partir dos resultados obtidos. Esse posicionamento é referendado por Amorim (1992, p.139), quando faz a seguinte afirmação:

Diríamos que a avaliação quando ocorrida num ambiente condicionado pela compreensão mútua e o respeito de todos aos participantes e ao processo avaliativo, tem todas as possibilidades de revelar à comunidade universitária e social os acertos e dificuldades vivenciadas por esta instituição no cumprimento de suas tarefas educadoras. Assim, a diretriz da autonomia revela que uma avaliação para ser autônoma precisa ter confiabilidade institucional e social.

Com base nesse pressuposto, percebe-se a necessidade de compreensão da importância da avaliação institucional por parte de professores, gestores, alunos e comunidade, atribuindo-se a esta a possibilidade de acompanhamento do processo de formação profissional e cidadã. A incorporação do Projeto Político Pedagógico nas ações educativas, bem como a sua vivência efetiva dentro da Instituição, contribui para a formação do perfil do profissional a ser formado, em consonância com as diretrizes nacionais do curso e as Leis de Diretrizes e Bases da educação nacional.

O objetivo da Avaliação Institucional vem de encontro aos princípios da dialética, uma vez que se pretende avaliar para, por meio do levantamento dos dados obtidos, propor mudanças ou ajustes numa proposta formativa. Essa idéia é reforçada por Frigotto (2001, p.81), quando se refere à dialética materialista histórica enquanto práxis:

No processo dialético do conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico social. (FRIGOTTO, 2001, P.81).

As constatações feitas pela Avaliação deverão ser profundamente analisadas, com objetivo de aperfeiçoar o projeto do curso, buscando uma melhor

adequação desse às necessidades apontadas. A avaliação Institucional permite construir pontes entre a Instituição e a comunidade, com o objetivo de promover uma formação profissional e cidadã, condizente com os princípios éticos e científicos que permitam à instituição acadêmica ser um espaço político, social e cultural, de interesse público, em constante transformação.

## **2. O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA**

Neste capítulo é abordada a educação superior num contexto em transformação, no qual as decisões tomadas no interior de cada IES são influenciadas e devem levar em consideração os eventos que ocorrem no contexto internacional. À universidade são atribuídas tarefas complexas e de grande responsabilidade, no que refere às suas funções de ensino, pesquisa e extensão. Cabe à educação superior, mediante uma busca constante às suas bases, métodos e recursos, procurar capacitar o futuro profissional com habilidades, competências, visão crítica, comprometimento social, humano, moral e ético. Este capítulo procura mostrar os caminhos e objetivos da Educação superior e contribui na fundamentação do objetivo geral da pesquisa, que é o de “Analisar as contribuições da Avaliação Institucional no aperfeiçoamento do projeto pedagógico dos cursos de graduação”, uma vez que esse está pautado no processo formativo do aluno.

### **2.1 – Os desafios e possibilidades da Educação Superior Brasileira**

O conhecimento técnico, científico e cultural possibilitou ao homem dispor de tecnologias que facilitam seu cotidiano. Essas tecnologias são vistas em número cada vez maior, em várias instâncias, e tem como finalidade facilitar o trabalho, o lazer, a saúde e o bem estar do homem no seu dia a dia.

O conhecimento científico desempenha um papel relevante no que tange aos avanços da vida, na atualidade. Cultura, conhecimento, ciência, tecnologia e formação profissional têm em comum a sua origem: A Universidade.

A necessidade do homem em aprender o levou a estudar, pesquisar, buscar fontes de conhecimento. O Ensino em geral, objetiva, desde as séries fundamentais,

tornar o ser humano capaz de pensar, raciocinar, e ir em busca das fontes que o levem a conhecer. Depois desta formação básica, os caminhos se abrem, diversificando as áreas de conhecimento, mas sem perder o objetivo comum que é o de formar um profissional-cidadão capaz de atuar efetivamente em sua profissão, sabendo que é necessário o acompanhamento das inovações que ela certamente terá em função do avanço tecnológico e do conhecimento. Este profissional deverá ser dotado de valores morais e éticos, que permitam a ele agir como cidadão responsável e preocupado com o desenvolvimento de sua nação.

Falar em progresso nos remete a questões atuais, como tecnologias, globalização, qualidade e outros que se modificam numa velocidade surpreendentemente rápida a ponto de o ensino superior obrigar-se a acompanhá-los em velocidade igual. Para isso, faz-se necessário uma auto-avaliação constante que permita a verificação efetiva deste acompanhamento.

Também se torna necessário repensar e reformular as metas do ensino, uma vez que a formação profissional, isto é, a preparação do aluno para o mundo do trabalho, corre o risco de não acompanhar a transformação e as exigências cada vez maiores do mesmo.

A educação superior fornece instrumentos para provocar o impulso criador do estudante, destacado por Morais (1988), no confronto com suas tarefas concretas, ao invés de predominar a concepção de uma formação tecnicista, voltada para o profissionalismo em curto prazo. Já na formação inicial, esta pressupõe o desenvolvimento das condições para que o profissional, desde a sua formação inicial, se engaje em um processo de formação continuada. São estes os instrumentos que vão permitir o impulso criador do estudante.

A Lei de Diretrizes e bases da Educação Superior, número 9394/96 promulgada em 20 de dezembro de 1996 dispõe, no seu artigo 43 as finalidades da Educação Superior:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e da difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos, numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisas científica e tecnológica geradas na instituição.

Dessa forma, pretende-se a formação de um profissional-cidadão, que seja capaz de pensar e agir em prol da ciência e da sociedade brasileira, melhorando a qualidade de vida nesta, e inovando os seus conhecimentos, numa busca constante pelo aprendizado. O Ensino Superior deverá fornecer as condições para que essa educação se processe, através de uma política de qualidade de ensino e de socialização dos conhecimentos ali adquiridos.

Segundo os artigos 44 e 45 da LDB número 9394/96, a educação superior abrange os cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, os cursos de graduação, pós-graduação e de extensão. Esta “será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência e especialização.” (art.45). Então, tanto as universidades,

como as instituições de ensino superior, deverão aperfeiçoar os seus processos educacionais, articulando as ações de ensino, pesquisa e extensão no cumprimento da função científica e social tendo em vista a formação do profissional-cidadão.

O artigo 52 da mesma Lei de Diretrizes e Bases diz que:

As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, como regional e nacional. (...).

Segundo Santos (1997), os três principais objetivos da Universidade, que são o ensino, a pesquisa e extensão, decorrem da idéia perene da Universidade, a qual, em suas origens era vista como o “local onde os seus membros se reuniam para procurar incondicionalmente a verdade (p.179)”, e tinha como principais objetivos a investigação, ser um centro de cultura disponível para a educação do homem no seu todo, e ensinar ao homem as aptidões profissionais e a formação integral.

Porque a verdade só é acessível a quem a procura sistematicamente, a investigação é o principal objetivo da universidade; porque o âmbito da verdade é muito maior que o da ciência, a universidade deve ser um centro de cultura, disponível para a educação do homem no seu todo; finalmente, porque a verdade deve ser transmitida, a universidade ensina e mesmo o ensino das aptidões profissionais deve ser orientado para a formação integral. No seu conjunto, estes objetivos – cada um inseparável dos restantes – constituíam a idéia perene da universidade. (SANTOS, 1997, p.188).

Esse é o desafio da formação universitária. Porém desde a década de sessenta, perante as pressões e transformações a que foi sujeita a universidade, privilegiou-se o sentido utilitário, produtivista, diminuindo assim a dimensão cultural da universidade. Os três fins principais da universidade passaram a ser a investigação, o ensino e a prestação de serviços. Santos (1997) aponta para uma explosão de funções dentro da universidade, que ocorreram devido ao aumento da

população estudantil e do corpo docente, da proliferação das IES, da expansão do ensino e da investigação universitária a novas áreas do saber.

A universidade passou a englobar várias funções, sendo que algumas dessas funções apresentaram-se contraditórias entre si.

A função de investigação colide frequentemente com a função de ensino, uma vez que a criação do conhecimento implica a mobilização de recursos financeiros, humanos e institucionais dificilmente transferíveis para as tarefas de transmissão e utilização do conhecimento. No domínio da investigação, os interesses científicos dos investigadores podem ser insensíveis ao interesse em fortalecer a competitividade da economia. No domínio do ensino, os objetivos da educação geral e da preparação cultural colidem, no interior da mesma instituição, com os da formação profissional ou da educação especializada. (SANTOS, 1997, p.189).

Essas funções contraditórias geraram algumas crises. A primeira delas é a crise da Hegemonia, na qual se destaca a contradição entre as funções tradicionais da Universidade, na distinção dos conhecimentos exemplares e conhecimentos funcionais. “Há uma crise de hegemonia sempre que uma dada condição social deixa de ser considerada necessária, única e exclusiva”. Santos (1997, p. 190). Aí se discute a centralidade da Universidade enquanto lugar privilegiado da produção da alta cultura e do conhecimento científico avançado, combinado com a sua especificidade organizativa e a natureza difusa dos serviços que produz.

A segunda crise é a da Legitimidade, que ocorre quando uma dada condição social deixa de ser consensualmente aceita. Destaca-se aí a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso em confronto com as políticas de democratização da Universidade, igualando os direitos de filhos de pessoas das classes populares.

A Universidade moderna propunha-se a produzir um conhecimento superior, elitista, para o ministrar a uma pequena minoria, igualmente superior e elitista, de jovens, num contexto institucional classista (a universidade é uma sociedade de classes) pontificando do alto do seu isolamento sobre a sociedade. (SANTOS, 1997, p. 211).

As crises da hegemonia e da legitimidade devem-se ao êxito logrado pelas lutas pelos direitos sociais e econômicos, ou seja, os direitos humanos.

A terceira crise descrita por Santos (1997) é a crise institucional, onde ocorre a contradição entre a reivindicação da autonomia nos valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submetê-la a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou responsabilidade social.

A dificuldade na resolução dessas crises levou a Universidade ao invés de resolvê-las, administrá-las da melhor forma, a ponto de conviver com elas. A crise da hegemonia apontou para uma profunda transformação, ao conceber a educação, antes tida como a transmissão da alta cultura, da formação do caráter e da socialização adequada ao desempenho da sociedade, ganhando um outro enfoque e transformando-se também na educação para o trabalho, para o ensino de conhecimentos utilitários, preparando o homem para atuar profissionalmente, no desafio do desenvolvimento tecnológico no espaço de produção.

No início da universidade havia uma diferença marcante entre trabalho e a elite intelectual. O trabalho, que inicialmente era desempenho de força física no manuseio dos meios de produção, passou a ser também trabalho intelectual, qualificado, produto da formação profissional e passou a fazer parte da universidade. Dessa forma, houve uma divisão entre a Educação da cultura geral e a educação para a formação profissional e o trabalho, e entre o trabalho não qualificado e o trabalho qualificado.

A educação, que fora inicialmente transmissão da alta cultura, formação do caráter, modo de aculturação e de socialização adequado ao desempenho da direção da sociedade, passou a ser também educação para o trabalho, ensino de conhecimentos utilitários, de aptidões técnicas especializadas capazes de responder aos desafios do desenvolvimento tecnológico no espaço da produção. (SANTOS, 1997, p.196).



Essa mudança de concepção da Universidade, antes tida como o lugar onde se pretendia por excelência a produção do conhecimento científico, para um local onde se ensina o trabalho, deu a esta um enfoque técnico e produtivista. Na universidade se formam as elites intelectuais ao mesmo tempo em que se preparam jovens para exercerem profissões.

A visão de Universidade e produtividade veio reforçar a crise Institucional. A investigação despertou nas indústrias o interesse, trazendo para a universidade recursos através de convênios. Esta parceria levou a pesquisa universitária a tornar-se utilitária, direcionando-se para os interesses industriais. Com isso o pesquisador estará sujeito aos prazos e interesses determinados pela mesma.

A globalização aproxima os países, por meio do desenvolvimento tecnológico, da cultura, dos interesses comuns dos povos, mas traz os moldes dos países mais desenvolvidos como uma “cartilha” a ser seguida. Contudo, a preparação do profissional-cidadão, pressupõe um ensino universitário livre, não atrelado aos interesses da indústria, da igreja ou do estado.

De acordo com Gisi (2004, p. 44 e 48), as políticas atuais para a educação superior foram formuladas a partir de orientações de organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio, as quais procuram minimizar a responsabilidade do Estado frente às políticas sociais “(...) convertendo bens públicos como saúde, habitação, segurança, educação, cultura em bens comerciais e usuários como clientes, renunciando o seu poder de fazer a desigualdade recuar”. (p.48).

Tais reformas apontam para uma vertente economicista, dificultando o acesso à educação superior e enfatizando um ensino instrumental e imediatista,

descaracterizando o processo de formação pretendida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quando se refere às finalidades da educação superior.

Esse ensino com ênfase na preparação técnica está voltado às necessidades do mercado de trabalho e dos interesses das indústrias nas pesquisas e assim “compromete o processo de formação e a possibilidade de difusão do pensamento crítico na sociedade, porque é imediatista, pragmático e adaptativo”. (Gisi, 2004, p.49).

Preparar um cidadão capaz de agir em prol do desenvolvimento nacional deve ser uma constante preocupação das Instituições de Educação Superior. Ainda há um longo caminho a ser percorrido na consolidação da Educação Superior brasileira, porque esta é recente, e por isso ainda está baseada em moldes trazidos de Universidades de outros países. As IES deverão estar preparadas para enfrentar os desafios que apontam para transformações profundas e não para reformas parciais.

Segundo Santos (1997), a universidade agrega funções múltiplas. Entre elas estão:

- A produção e transmissão do conhecimento científico;
- A produção de trabalhadores qualificados;
- A elevação do nível cultural da sociedade;
- A formação do caráter;
- A identificação de talentos;
- A participação na resolução de problemas sociais.

Essas funções estão intimamente relacionadas, uma vez que, as instituições de ensino superior, por ser um centro superior de cultura, é o local onde se produz e dissemina o conhecimento científico, objetivando a formação do profissional que

com qualificação, cultura e caráter, possa participar na resolução dos problemas sociais.

Percebe-se a mudança na concepção de Educação Superior, transformando-se para acompanhar as evoluções mundiais. A preocupação em levar a educação a um número cada vez maior de cidadãos, preparando-os para atuar profissionalmente, minimizou a sua concepção elitista, transformando-a em utilitária, iniciando um processo de democratização do ensino superior. As crises geradas por essas mudanças são administradas no sentido de que não interfiram no processo formador do cidadão. A universidade deve servir aos interesses sociais e ser democrática, não sendo nem elitista nem utilitária.

Os recursos, cada vez menos disponíveis, levam as Instituições de Ensino Superior a buscar parcerias com as indústrias, dirigindo a sua pesquisa muitas vezes em função das necessidades específicas das mesmas. Também, vem aumentando o número de instituições privadas, devido às poucas vagas ofertadas pelas instituições públicas. O ensino transformou-se em mercadoria valiosa, e o crescimento desordenado de Instituições de ensino superior preocupa pela possibilidade da baixa qualidade dos ensinamentos ofertados.

A qualidade é uma exigência da vida moderna. A cultura, o saber, o desenvolvimento intelectual levam o homem moderno a promover a qualidade crescente do seu trabalho. A Educação Superior ensino superior forma o cidadão-trabalhador, então esta tem como responsabilidade manter a qualidade dos seus serviços, uma vez que estes servem de base para o desenvolvimento da nação e do mundo.

No que tange à qualidade, Buarque, (1994, p. 48) diz que “não se pode imaginar universidade sem qualidade, ainda mais em momentos de crise”. A qualidade é uma exigência cada vez mais constante em todos os setores.

A universidade, como qualquer outra instituição, não pode transigir no compromisso com a excelência, com o máximo rigor em todas as áreas. Deve ter o compromisso de ser a elite intelectual, sem restringir seu serviço apenas à elite social e econômica do país. Deve ter tanta qualidade que defina o próprio conceito de qualidade. (BUARQUE, 1994, P. 131).

Esse autor afirma que a Universidade deverá combinar o máximo de qualidade acadêmica com o máximo de compromisso social. Então, “o que caracterizará o produto é a sua qualidade, sua elite, mas o que caracterizará o seu uso é o seu compromisso amplo, a sua condição antielitista”. (BUARQUE, 1986, apud SANTOS 1997, p. 209).

A missão das instituições de ensino superior se pauta na produção de novos conhecimentos através da pesquisa, na formação pessoal e profissional altamente qualificada, a na responsabilidade social e na função ética. Segundo a UNESCO (1998), os critérios de qualidade para uma IES são: a qualidade, a pertinência e a internacionalização.

Os elementos de qualidade pressupõem uma avaliação baseada em qualidade de pessoal, de estudantes, de infra-estrutura e de ambiente. A pertinência diz respeito à adequação entre o que fazem os estabelecimentos de ensino e o que se espera deles, e a integração com o mundo do trabalho onde o estudante irá atuar. A globalização ou a internacionalização é um dos fenômenos ligado às transformações mundiais da sociedade contemporânea que exerce grande influência sobre o ser e fazer da universidade.

Para manter ou garantir esta qualidade, é necessária uma verificação dos processos que envolvem a educação. Desta forma, a avaliação institucional será

uma estratégia importante para a verificação e tomada de ação que possam proporcionar a qualidade em todo o processo da educação superior.

A busca pela qualidade, a preocupação com as condições com que o cidadão é formado, e a capacidade deste, ficam claros através de um programa de avaliação constante, com o objetivo do aprimoramento de cada Instituição e do ensino brasileiro, de um modo geral.

Muito há que se fazer para se conseguir uma educação integral. Os novos paradigmas educacionais apontam para uma mudança da reprodução para a construção do conhecimento inovador. Caberá a Educação Superior uma busca constante no aprimoramento de suas funções: O ensino, a pesquisa e a extensão, e através dessas, a produção do conhecimento científico e o retorno dele como benefício para a população. A Educação Superior deverá educar e preparar cidadãos capazes de, a partir de suas ações profissionais, políticas, sociais e morais, mudar a realidade de uma nação.

A mudança de paradigmas afeta o processo formativo que vem ocorrendo nos cursos de graduação na educação superior como, por exemplo, o curso de Fisioterapia. A Fisioterapia, na sua origem e no decorrer da história, assim como as demais profissões da área de saúde, direcionou o seu trabalho e a sua atuação profissional para as atividades predominantemente curativas e reabilitadoras, reforçando a concepção de cura ou reabilitação.

Acreditamos que o caminho do profissional Fisioterapeuta na direção das ações preventivas, em vez de centralizar-se no modelo curativo, representa na verdade uma via inteligente e exequível, apoiando-nos na proposta filosófica que afirma: contrariar ou interceptar uma causa é evitar ou dissipar o efeito. (DELIBERATO, 2002, p.6),

Atualmente a preocupação dessa profissão está voltada a um campo mais amplo que determinam a prevenção, promoção e manutenção da saúde, além da reabilitação e reintegração social do indivíduo.

O enfoque produtivista dado a essa profissão coincide com a concepção de universidade no início desta. Este enfoque foi sendo substituído por outro, cuja preocupação é o bem-estar integral do ser humano. Segundo Rebelatto e Botomé (1999), a profissão de fisioterapia vem avançando no campo do conhecimento e da área de atuação profissional, sendo que o fisioterapeuta a ser formado deverá ser dotado de capacidade para atuar com competência e senso crítico, com capacidade de buscar o bem estar do seu paciente e a evolução da sua profissão através de estudos continuados e pesquisas.

As diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em fisioterapia, no seu artigo 3º, apontam o perfil do fisioterapeuta, com “formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor científico e intelectual”. Sendo assim, mais do que tratar ou reabilitar, esse profissional deverá ter aptidão para atuar de modo a promover a saúde e o bem estar do paciente, não apenas no âmbito de sua formação técnica, mas também humana social e ética.

### **3. A GESTÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Este capítulo trata do Projeto Pedagógico de um curso e sua relação com os processos de ensino e aprendizagem. Trata-se de um tema de base da pesquisa, uma vez que esta procura conhecer a percepção que a comunidade interna tem do projeto e da necessidade de mudanças nesse, visando o seu aperfeiçoamento, de acordo com os dados obtidos na avaliação institucional. A compreensão destes dados, o acompanhamento do projeto e a revisão contínua deste pelos gestores, professores e alunos, os quais estão diretamente envolvidos no processo educacional, direcionará as mudanças necessárias desse projeto, caracterizando-o como uma proposta em constante processo de mudança. A partir da compreensão do que é um projeto pedagógico, busca-se investigar qual a contribuição da Avaliação Institucional na gestão desse projeto.

#### **3.1 Pressupostos da Gestão da Educação Superior**

De acordo com Chauí (1999), a Educação é entendida pelos organismos governamentais como uma organização social, que juntamente com a saúde, a cultura e as utilidades públicas, prestam serviço ao Estado, mediante contratos de gestão. Porém, a partir das conquistas da educação e da cultura como direitos obtidos como resultado de lutas sociais e políticas dos últimos séculos, “a universidade tornou-se também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e democratização do saber”.

É de senso comum a compreensão da organização como uma ação conjunta de um grupo de pessoas empenhadas para a sociedade funcionar. Em nossa

sociedade a maioria do trabalho ocorre dentro das organizações formais, uma vez que estas estão presentes em todos os setores da vida humana.

Porém, uma Instituição difere de uma organização pelo seu compromisso social. Esta pode ter fins lucrativos, porém estes não podem prescindir sobre o seu compromisso social e público. A Instituição social faz a mediação entre o indivíduo e a sociedade, enquanto que a organização vê a sociedade como sua fonte de sobrevivência. A Organização está voltada à idéia de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito, a qual

Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso, que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato. (...) A instituição social tem a sociedade como o seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. (CHAUI, 1999, p. 93)

Desta forma, a organização se orienta muito mais ao mercado do que de compromisso social, enfocando aspectos competitivos e lucrativos que diferem do compromisso de universalidade e de função social presente numa Instituição de Ensino Superior. Administrar uma IES requer esta percepção, uma vez que a função administrativa não pode se sobrepor à função pedagógica. A gestão tem o compromisso de refletir crítica e constantemente sobre a IES, envolvendo toda a comunidade acadêmica e a sociedade na promoção da qualidade.

A missão da IES articula e orienta as ações institucionais, Zainko (2005) em palestra proferida na faculdade de Pato Branco – FADEP, afirma que a Missão da IES serve como referência da qualidade pretendida, seguindo os objetivos da educação superior que é a formação profissional de elevada qualidade científica, cultural e técnica, o desenvolvimento da criatividade, do espírito crítico e do rigor acadêmico-científico, a oferta permanente de oportunidade de informação e de



acesso ao conhecimento aos bens culturais e às tecnologias e o desenvolvimento da ciência, tecnologia, arte e da cultura.

A missão da Faculdade de Pato Branco – FADEP, segundo o seu Plano de desenvolvimento Institucional (FADEP, 2002), é a de

Formar e qualificar cidadãos produzindo conhecimentos, orientados para o desenvolvimento social, cultural, científico e tecnológico, mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão, inseridas no contexto regional e global a partir de uma perspectiva latino-americana. Neste sentido a Instituição pretende ser reconhecida como um centro universitário, congregando áreas pluricurriculares de conhecimento, a partir da excelência do ensino oferecido, produtividade científica e a qualidade dos serviços prestados.

Partindo deste posicionamento, a avaliação institucional é a estratégia para a gestão conhecer como vem desenvolvendo os seus propósitos, uma vez que esta leva à reflexão que possibilite alguns reencaminhamentos necessários para a qualidade pretendida. Mediante tal conhecimento, a avaliação institucional pode ser utilizada muito mais do que como um simples instrumento de verificação, pois permite que sejam tomadas decisões que a permitam atingir tais objetivos.

Essa percepção deverá ser comum a todos os envolvidos com o processo educacional da instituição. A gestão institucional, no contexto atual, pressupõe uma ruptura com as formas administrativas burocráticas, por meio do comprometimento e da cooperação de pessoas. A forma de gestão burocrática pressupõe uma ausência de democracia, uma vez que ao seguir padrões hierárquicos, torna o relacionamento demasiadamente formal dentro da instituição, dificultando a comunicação e a ajuda mútua que permitiria somar idéias e esforços para o bem da instituição.

Num contexto em transformação, a universidade vem buscando formas que possam dar conta de resolver os seus problemas internos, objetivando o melhor

resultado das suas ações institucionais. A Lei 9394/96, que dispõe sobre a Educação Nacional, no que tange à forma de gestão, determina em seu artigo 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A gestão democrática proposta para a educação básica no ensino público também é válida para a educação superior pública ou privada, sobretudo no que se refere ao princípio da participação, nas ações de planejamento, gestão e avaliação.

O comprometimento de todos depende de uma gestão participativa em que os problemas sejam democraticamente discutidos e as decisões partam de todo o grupo de trabalho. A ausência da participação contraria alguns dos princípios da Avaliação Institucional e do Projeto Político Pedagógico, uma vez que este pressupõe a participação efetiva de todos os envolvidos no processo educacional.

Segundo Veiga (1995, p.24), as estruturas básicas para uma escola funcionar são: 1. A administrativa, na qual o objetivo é o de assegurar a locação e gestão de recursos humanos, físicos e financeiros; 2.A estrutura pedagógica, que determinam as ações administrativas, organizando as funções educativas da escola. Nesta estrutura está inserida a função política, de ensino-aprendizagem e as questões referentes ao currículo.

A gestão de uma Universidade exige capacidade de análise, de decisão, de espírito inovador, de ação e de avaliação constante. Neves (1995, p. 100) destaca a importância da administração da escola com autonomia, liberdade, democracia e racionalidade, e enfatiza a relação entre autonomia e projeto político-pedagógico.

A gestão deve ter a capacidade de cumprir suas funções com qualidade, buscando novos caminhos que permitam à Universidade acompanhar a evolução mundial. Formas de administração adotadas no passado como modelos eficientes, hoje podem ser obsoletos. A flexibilidade do administrador deve permitir a participação dos membros que compõe esta organização, mas de uma forma que o seu empenho e o seu comprometimento com esta, tragam inovações e os ajustes que são necessários constantemente.

Não basta dispor de tecnologias avançadas, infra-estrutura adequada, corpo docente qualificado, se a Instituição não souber tirar proveito deste arsenal. Um erro de estratégia, a acomodação e passividade por parte dos gestores, a intransigência frente às opiniões, a avaliação e às novas exigências, poderão transformar uma organização bem sucedida em alguma coisa improdutiva ou ultrapassada.

A crescente mercantilização do ensino aponta para a competitividade do mercado educacional. Então, a função do gestor é a de liderar a equipe de uma forma harmônica, dispondo de conhecimentos e criatividade que estimulem o pessoal para que com seu empenho e motivação sejam as ferramentas para alcançar o sucesso desta organização.

Desta forma, o gestor deve ter a capacidade de liderança, de criação, de negociação, de julgamento, de relações humanas saudáveis, de integração de equipe, de inovação e de estar sempre preparado para mudar os rumos, quando for necessário, agindo com certa flexibilidade, sem que perca o domínio e o controle administrativo da Instituição.

Uma organização Universitária ou não, funcionará bem ou mal dependendo da capacidade de seus administradores liderarem uma verdadeira equipe voltada aos interesses desta organização. Isto ocorrerá com mais eficiência à medida que

cada peça desta organização esteja realmente empenhada e motivada ao desenvolvimento da mesma.

Buscando alternativas para investigar e identificar o que está acontecendo numa IES, é necessária uma avaliação constante. A avaliação externa e interna fornecem os indicadores necessários para as mudanças e implementações. A avaliação permite um diagnóstico dos produtos, serviços e processos, permitindo a IES uma auto-reflexão e aos organismos políticos uma regulação externa, através de um sistema normativo e processual, para garantir que as IES funcionem dentro de um padrão desejável. Porém a avaliação utilizada somente como regulação e controle não tem função pro ativa, isto é, não tem a intenção de conhecer para melhorar.

A compreensão dos processos formativos que envolvem o aluno, englobando a função da educação superior, missão da instituição e processos decisórios, deve ser de conhecimento e responsabilidade de toda a comunidade interna, para que o planejamento e a Avaliação Institucional ocorram com vistas ao aperfeiçoamento dos processos formativos.

### **3.2 Pressupostos do Projeto Pedagógico**

Com a crescente globalização, há um intercâmbio e uma disseminação maior de conhecimentos, proporcionada pelo desenvolvimento da tecnologia, permitindo ao profissional acompanhar o desenvolvimento científico mundial. Ao ensino superior caberá preparar o futuro profissional, proporcionando-lhe uma ampla visão, que permita pensar globalmente, acompanhando as transformações em todas as esferas da vida.

Segundo Demo (1993) está na Universidade a esperança do progresso, de mudanças sociais:

A sociedade deposita sobre a Universidade a esperança de que seja vanguarda do desenvolvimento, na condição de elite intelectual. Esta invectiva passa pela importância atribuída à ciência e tecnologia, os fatores mais decisivos em termos de mudança social. A modernidade passa a ser termo representativo da necessidade de mudança, numa época em que a velocidade das fases se intensifica. (DEMO 1993, p.140).

A Universidade representa, para a sociedade, a determinação dos rumos, tendências e oportunidades, através da produção científica, tecnológica e cultural, onde são possíveis os avanços através da pesquisa e produção do conhecimento. A formação profissional deverá estar pautada em bases sólidas e com garantias, para que haja credibilidade nos atos do futuro profissional.

Saviani (1994, p.41), reforça este pensamento ao atribuir à escola a formação do cidadão nos aspectos sociais, morais e culturais, além de prepará-lo profissionalmente. Segundo este autor, a escola não se restringe unicamente à transmissão de saberes e desta forma, “encarnando os conteúdos culturais, pode traduzi-los nas disciplinas escolares, transformando-os em saber escolar, capaz de interferir na cultura da sociedade”.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior, no seu 12º artigo, cabe às Instituições de Ensino:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII - informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Esta diversidade de funções do ensino superior pressupõe uma gestão democrática, com o envolvimento de todos os atores do processo educacional, para

a concretização de um ensino de qualidade, que promova condições do aluno ir à busca do seu conhecimento e de uma formação integral.

Um bom profissional é formado a partir de um ensino de qualidade, no qual o aluno possa aprender a aprender, isto é, buscar, com a mediação do professor, recursos para efetivar o seu aprendizado. Espera-se do ensino superior não somente uma formação que prepare o profissional para atuar no mercado frente às exigências atuais, mas que proporcione ao aluno um conhecimento amplo e efetivo, permitindo a inovação e a busca frente às novas exigências.

Ao sair da Universidade o aluno deverá estar apto a desempenhar as suas funções profissionais não como um mero executor de tarefas que foram a ele ensinadas. O que se busca é formar um profissional crítico, reflexivo e inovador, capaz de acompanhar e provocar mudanças no seu campo de atuação profissional e no mundo. Esta preparação pressupõe um planejamento, uma definição de metas a serem traçada no decorrer de sua formação. A lei 9394/96 promulgada em 20 de dezembro de 1996, no seu 13º artigo, diz que os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Essas funções dos docentes pressupõem a participação na construção do projeto pedagógico e a sua compreensão para que o aluno seja formado com base nesta proposta. Percebe-se nessa lei que a função do professor deverá ir além da escola, articulando-se também com a família e a comunidade onde vive o educando.

O Projeto Político Pedagógico de um curso é uma ação coletivamente construída, com o objetivo de determinar os caminhos da aprendizagem que o aluno percorrerá ao longo da sua formação acadêmica, para que esta se processe de forma integral.

Esse projeto tem como função a construção da identidade do curso, mediante o planejamento, direcionamento, metas, formas de ação, determinação e objetivos, com a função de buscar o aprendizado do aluno. É uma ação intencional, coletivamente fundamentada, para a formação do cidadão. O Projeto Pedagógico pode também ser definido como Projeto Curricular, por se tratar de uma proposta que dará subsídios para determinar os caminhos em que o aluno seguirá no intuito de buscar o seu aprendizado. Gadotti (2000, p. 61), define currículo como “o conjunto de atividades essenciais desenvolvidas pela escola, ligadas principalmente à busca do saber sistematizado, científico, academicamente organizado”.

Eyng (2002, p. 6) define o projeto Político Pedagógico como sendo a própria identidade da escola:

Projeto porque faz uma projeção da intencionalidade educativa para futura operacionalização (...) a finalidade de cada organização educativa expressada nos seus processos e metas propostos. Político porque coletivo, político porque consciente, político porque define uma posição do grupo, político porque expressa um conhecimento próprio, contextualizado e compartilhado. (...) Pedagógico porque define a intencionalidade formativa (...) refletida e fundamentada, ou seja, a efetivação da finalidade da escola na formação para a cidadania.

O projeto pedagógico ou proposta pedagógica é o projeto do curso ou da Instituição. Vasconcelos (1995, p.145) o define como “a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar”. Segundo este autor, este projeto é o elemento que organiza e integra a atividade prática da instituição, provocando a transformação.

Dessa forma compreende-se que o projeto político pedagógico é uma proposta em constante processo de construção. O acompanhamento, a necessidade de adaptação e aprimoramento constante, deve ser observado e percebido por todos os envolvidos no processo formativo. A não atualização deste projeto pressupõe a estagnação dos processos de ensino e desenvolvimento de uma instituição de ensino superior.

A existência de um projeto pedagógico não encerra o processo, muito menos acarreta o resultado final. Ao contrário, sempre reinicia a discussão, no meio-termo entre envolvimento e criatividade crítica. Um projeto pedagógico não pode gerar um “saber oficial”, que se enrijece e, por isso, passa a exigir fidelidade, em vez de competência. (DEMO, 1993, p. 242):

Assim, o autor propõe uma revisão contínua deste projeto, mediante a avaliação do mesmo, modificando-o ou adaptando de acordo com a evolução que se apresenta. “Tão essencial como construir um projeto pedagógico próprio é cultivá-lo como fonte de inspiração criativa e crítica, não como túmulo de idéias, autodefesa corporativista, libelo contra críticas e divergências” Demo (1993, p.242).

Demo reforça ainda que a concepção de educação atualmente se constitui na estratégia primordial do desenvolvimento, porque esse está mais atrelado à qualidade do homem do que na questão de disponibilidade física ou técnica. Desta forma, a educação é a formação política fundada na qualidade do conhecimento.

Segundo Bussmann (1995, p. 38), “é inadmissível encomendar um projeto a terceiros. Não faz sentido, pois mesmo que sejam educadores, estão fora do contexto. A escola pode buscar assessorias, mas a elaboração do projeto precisa ser obra comum dos envolvidos”.



A proposta pedagógica da instituição contém as definições de onde se parte e para onde se quer chegar, isto é, define os caminhos que o aluno percorrerá para chegar à sua formação acadêmica. É uma construção coletiva.

A participação dos professores, equipe pedagógica, gestores, pais e alunos são fundamentais para que haja um sentido humano e valorativo deste planejamento. Segundo Gadotti (2000, p. 69), “todos os integrantes do processo educativo tem a capacidade de ouvir e ser ouvidos, na disposição de participar da livre discussão na busca da elaboração das propostas pela explicitação conjunta de todas as explicações e concepções”.

Gadotti (2000, p.72), explica que no Projeto pedagógico da escola está expressa a intenção de operacionalidade da educação desejada na escola, no qual são estabelecidos os seus planos e compromissos para tal. Este será sempre um processo inconcluso, devendo ser modificado e revisto constantemente. Este autor refere que “entende-se por currículo, no seu sentido amplo, projeto pedagógico”.

Veiga (1995, p. 16) cita como sendo os princípios norteadores do projeto político-pedagógico, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a qualidade para todos; a gestão democrática, a liberdade e a autonomia; e a valorização do magistério. Esta autora aponta sete elementos básicos para a construção deste projeto: a)finalidades da escola; b)estrutura organizacional; c)currículo; d)tempo escolar; e)processo de decisão; f)relações de trabalho; g)avaliação.

Neves (1995, p.110), descreve as etapas da construção do Projeto Político Pedagógico:

1. Análise da situação – levantar indicadores pessoais e escolares dos alunos e indicadores sobre a equipe pedagógica; levantar as condições materiais e financeiras; examinar o entorno da escola e as possibilidades de um trabalho conjunto ou enriquecido pela comunidade.

2. Definição dos objetivos – discutir os objetivos nacionais, acrescentando-lhes outros que atendam à realidade da escola, tendo presentes a sua função e o seu compromisso social.
3. Escolhas das estratégias – levantar quais são os pontos fortes e fracos da escola, identificar quais os que podem ser melhorados sem auxílio externo e quais os que precisam de apoio externo, estabelecer prioridades, apontar o reforço necessário.
4. Estabelecimento do cronograma e definição dos espaços necessários.
5. Coordenação entre os diferentes profissionais e setores envolvidos, zelando sempre pela primazia do pedagógico sobre as ações culturais e assistenciais.
6. Implementação, acompanhamento e avaliação.

Na elaboração desse projeto, o planejamento do currículo terá grande importância, porque ali serão tomadas as decisões sobre a seleção de conteúdos, metodologias de ensino e avaliação, sabendo o que ensinar, para que serve e para quem serve este aprendizado. Esta equipe deve ver o sujeito da aprendizagem como um ser integrante de uma sociedade na qual o exercício da cidadania, da ética e da civilidade seja uma prática constante. Saviani, (1994, p.31), diz que: “A elaboração do currículo deverá estabelecer prioridades de acordo com as finalidades da educação escolar e o público a que se destina”.

Se ainda se pretende a educação a favor de um mundo social mais justo, é preciso orientar o trabalho pedagógico com base em uma visão de futuro, em uma perspectiva utópica que desafie os limites do estabelecido, que afrente o real, que esboce um novo horizonte de possibilidades. Julgo que essa perspectiva reforça o caráter político da Educação revaloriza o papel da escola e do currículo no desenvolvimento de um projeto de transformação da ordem social. (MOREIRA, 1997, p. 25.).

Porém, segundo Costa, (1998), a elaboração do currículo, implica em um jogo de poder, o qual tem a capacidade de disciplinar, de regular e de coordenar. Esta autora afirma que as disciplinas do currículo cumprem em grande parte esse papel. “Elas são produtivas na medida em que nomeiam, classificam, posicionam, hierarquizam. Mas seus resultados no que se referem às identidades produzidas é que são diferentes”. Costa (1998, p.55).

Veiga (1995, p. 21) explica que se faz necessário ter consciência de que as relações de poder na escola expressam-se nas práticas autoritárias e conservadoras de diferentes profissionais hierarquicamente distribuídos e também mediante o controle existente no interior da organização escolar.

A construção do projeto político-pedagógico é um instrumento de luta, é uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização, à dependência e aos efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central. (VEIGA 1995, p.22).

Segundo Moreira (1997), a autonomia concedida às Instituições de Ensino Superior na construção de uma proposta coletiva para a efetivação do ato de aprender do aluno, parte de propostas definidoras do perfil do egresso ou do profissional a ser formado. A construção de uma proposta educacional que irá formar o futuro profissional-cidadão deverá partir dos objetivos, do diagnóstico e do processamento das reais necessidades sociais da população, porém, considerando-se a homogeneização cultural intensificada pelo processo de Globalização.

O currículo, ao definir o corpo de conhecimentos que deverão fazer parte do caminho que o acadêmico deverá seguir, deverá envolver os aspectos teóricos e práticos aplicados a uma realidade contextual específica.

Preparar novas gerações para conviver, partilhar e cooperar no seio das sociedades democráticas e solidárias obriga a planejar e desenvolver propostas curriculares que contribuam para reforçar esse modelo de sociedade. Isso implica em converter as salas de aula em espaços nos quais os conteúdos culturais, habilidades, procedimentos e valores imprescindíveis para construir e aperfeiçoar esses modelos sociais são submetidos à análise e reflexão sistemática, e são praticados. (SANTOMÉ, 1998, p.7).

Eyng (2002, p.63) ressalta: “A proposta pedagógica tem como primeiro compromisso a formação do cidadão capaz de ter acesso aos bens e serviços, de participar da gestão dos espaços comunitários e a exercer sua responsabilidade social”. Então, a detecção dos problemas sociais com o objetivo de preparar um

profissional para lidar com eles não basta. É necessário um processo formativo que garanta o processamento dos problemas e o desenvolvimento de condições para resolvê-los. “As maneiras como serão propostas as aprendizagens desses comportamentos ou de como serão enunciados os currículos adquirem fundamental importância” Rebelatto & Botomé, (1999, p.79).

A partir da Lei 9394/96 foram extintos os currículos mínimos para os cursos de educação superior no Brasil. A elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação passa a ser orientada pelas Diretrizes Curriculares nacionais, desta forma as IES poderão estabelecer os currículos plenos considerando as necessidades e características sociais e institucionais.

O projeto pedagógico de curso – PPC tem como referência além das diretrizes curriculares o projeto pedagógico institucional – PPI que devem orientar a construção do Currículo para a graduação, definido pelo respectivo colegiado do curso.

Rebelatto & Botomé (1999, p.76) destacam que:

O currículo, ao estabelecer o corpo de conhecimentos que precisará fazer parte do repertório de um futuro profissional, estará contribuindo na determinação do que será esse profissional e de como ele precisará, deverá ou poderá atuar.

O Parecer CNE/CES 776/97 estabeleceu orientação geral para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, assegurando ampla liberdade na composição da carga horária dos cursos e incentivando uma sólida formação geral visando uma formação de qualidade que vá além da preparação técnica e profissional. Entre outras considerações assinala:

- 1) Indicar os tópicos ou os campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, os quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;
- 2) Evitar o prolongamento desnecessário dos cursos de graduação;

- 3) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção de conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;
- 4) Estimular práticas de estudo independentes, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
- 5) Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se refiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada;
- 6) Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;  
Incluir orientações para a condução de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas.

Estas orientações servirão de referência para a elaboração do Projeto Político Pedagógico, que é o documento no qual consta a proposta curricular. Elas contemplam a necessidade de haver um projeto que possibilite uma formação efetiva e integral ao aluno.

### **3.3 A Fisioterapia das suas origens ao contexto atual**

A fisioterapia é uma ciência que utiliza os meios físicos e naturais na promoção da saúde, prevenção de doenças e reabilitação dos indivíduos, com o objetivo de proporcionar uma melhor qualidade de vida, promovendo a sua manutenção ou reintegração das atividades cotidianas.

Várias são as definições que conceituam essa profissão, porém destaca-se a definição constante da Resolução n.º 80 do Conselho Federal de Fisioterapia e terapia Ocupacional – COFFITO, a qual descreve a Fisioterapia como sendo

Uma ciência aplicada, cujo objeto de estudos é o movimento humano, em todas as suas formas de expressão e potencialidades, quer nas suas alterações patológicas, quer nas suas repercussões psíquicas e orgânicas, com objetivo de preservar, manter, desenvolver ou restaurar a integridade dos órgãos, sistema ou função. (COFFITO, 2005)

Assim, o profissional a ser formado deverá encontrar no ensino superior recursos que subsidiem uma formação generalista, voltada aos diversos aspectos da vida humana. Segundo Rebelato & Botomé (1999), as mudanças no decorrer da história apontam para uma mudança de enfoque dentro da profissão, passando de reabilitação, que denota um enfoque mais produtivista, para a prevenção e promoção da saúde, que pressupõe uma assistência integral ao homem.

A fisioterapia no Brasil foi regulamentada como profissão através do decreto-lei n.º 938 de 13 de outubro de 1969, que caracteriza o fisioterapeuta como um profissional de nível superior, delegando como atividade privativa deste, a execução de métodos e técnicas fisioterápicas.

O primeiro documento oficial que define a ocupação do fisioterapeuta é o parecer n.º 388/63 que designa o fisioterapeuta como auxiliar médico, restringindo-o a desempenhar tarefas sob a orientação e a responsabilidade do médico, caracterizando-o como *técnico em fisioterapia*, porém com uma formação de nível superior. Este parecer limitava as ações do Fisioterapeuta, impondo restrições às suas atividades profissionais, tornando-o um simples executor de terapias. Com a evolução da profissão, este parecer foi substituído, concedendo a este a sua autonomia profissional.

A evolução histórica desta profissão influi nas atividades recentes da fisioterapia. Afirma o fisioterapeuta como um profissional da área da saúde, com conhecimentos interdisciplinares e intercomplementares necessários à sua ação.

O Fisioterapeuta poderá atuar em diferentes áreas de especialidades, sendo as mais conhecidas: a ortopedia, neurologia, cardiologia, angiologia, ergonomia, reumatologia, dermato-funcional (estética), reabilitação de queimados, pediatria, ginecologia e obstetrícia, geriatria, pneumologia, desportiva, oncologia, tendo as

seguintes especialidades reconhecidas: Acupuntura; Quiropraxia; Osteopatia; Fisioterapia Pneumo-funcional e Fisioterapia Neuro-funcional.

Por ser uma profissão que envolve conhecimentos bastante amplos, o fisioterapeuta poderá atuar em diversos locais, entre eles: Hospitais, clínicas, ambulatórios, consultórios, centros de reabilitação, nas áreas que envolvam a saúde coletiva, na educação, nas indústrias de equipamentos de uso fisioterapêutico, no esporte e outras. Dessa forma, a formação do fisioterapeuta requer uma visão interdisciplinar, com uma formação geral consistente, porém que permita o seu efetivo desempenho em diferentes situações de atuação profissional.

Os princípios da Fisioterapia são: a promoção, manutenção e recuperação da saúde através de recursos de base que são:

- Eletrotermoterapia – É a utilização de correntes elétricas, do calor e do frio como formas terapêuticas.
- Cinesioterapia – É a utilização dos movimentos do corpo como forma de promover, manter ou recuperar funções.
- Mecanoterapia – São utilizados aparelhos mecânicos como forma de facilitação ou resistência aos movimentos.

Arnould e Taylor (1999) ressaltam que é importante adquirir conhecimentos e obter mais experiência, mais ainda é mais importante que esses atributos sejam dirigidos pela crença em nossa própria capacidade de contribuir com o alívio da dor, a redução da doença e a restauração da saúde.

Assim sendo, o profissional fisioterapeuta deverá ver o paciente como um todo, valorizando os seus sintomas, a sua história de vida, respeitando as suas crenças e sua vontade, com o comprometimento moral e ético que assegurem o

bem estar do paciente. Conhecer a ética e aplicá-la em todos os seus procedimentos é uma obrigação do profissional Fisioterapeuta.

O Código de Ética do profissional Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional foi aprovado pela resolução COFFITO n.º 10/1978. Este pode ser definido como um conjunto de normas morais adotadas por um profissional para dirigir escolhas permeadas pelos seus valores, e de modo consistente, com a responsabilidade profissional. (O' SULLIVAN & SCHIMITZ, 1993). Então, mais do que um dever de exercer legal e moralmente a sua profissão, o fisioterapeuta deve ser dotado de grande consciência humana, vendo sempre em seu paciente o seu semelhante.

O Fisioterapeuta, que antes era visto como um auxiliar médico, hoje é um profissional dotado de capacidade para avaliar e tratar o seu paciente de forma autônoma, com conhecimentos suficientes para tal ação, sendo parte integrante e necessária da equipe da saúde, e está cada vez mais voltado na busca da melhor condição de vida do ser humano.

### **3.3.1 As diretrizes curriculares para o curso de Fisioterapia**

O ensino da Fisioterapia deverá atender as recomendações das Diretrizes Curriculares propostas pelo Conselho Nacional de Educação do MEC. Estas Diretrizes:

Definem os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de Fisioterapeutas, estabelecidas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para a aplicação em âmbito nacional na organização, desenvolvimento e avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos de Graduação em Fisioterapia das Instituições do Sistema de Ensino Superior (RESOLUÇÃO CNE/CES 4/2002).

A Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 20 de dezembro de 1996, extinguiu os currículos mínimos para os cursos de nível superior no Brasil, oportunizando, desta forma, que as Universidades criem seus currículos plenos



dentro da realidade institucional, orientados pelas Diretrizes Gerais da Secretaria de Ensino Superior do MEC. As Diretrizes Curriculares e o Projeto Político Pedagógico da Instituição devem orientar a construção do Currículo para a graduação, definido pelo respectivo colegiado do curso.

A elaboração do currículo requer uma proposta definidora do profissional a ser formado. Partindo-se daí, busca-se determinar os caminhos que o aluno irá percorrer na busca da sua formação. As Diretrizes Curriculares para o Curso de Fisioterapia esclarecem que:

O curso de Graduação em Fisioterapia tem como perfil do formando egresso/profissional o fisioterapeuta com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitados a atuar em todos os níveis de atenção em saúde, com base no rigor científico e intelectual. (RESOLUÇÃO CNE/CES 4/2002)

Esta resolução aponta a necessidade do profissional a ser formado deter uma “visão ampla e global, respeitando os princípios éticos/bioéticos, e culturais do indivíduo e da coletividade”. O objeto de estudo da fisioterapia é o movimento humano em todas as suas formas de expressão e potencialidades, tanto nas alterações patológicas, cinético-funcionais, quanto nas suas repercussões psíquicas e orgânicas, com o objetivo de preservar, desenvolver e restaurar a integridade de órgãos, sistemas e funções. O fisioterapeuta atuará desde a elaboração do diagnóstico físico e funcional até a escolha e aplicação dos procedimentos fisioterapêuticos pertinentes a cada situação. (RESOLUÇÃO CNE/CES 4/2002).

Dessa forma, percebe-se que a formação deste profissional vai além da sua preparação para atuar no mercado de trabalho. A sua graduação acadêmica deve dar conta de prepará-lo também para acompanhar as mudanças que vem ocorrendo em velocidade crescente. Há a necessidade de que o ensino superior forme

profissionais capazes de agir globalmente, mas voltados à realidade da nação brasileira, assumindo o compromisso de lidar com os problemas da população, produzindo e desenvolvendo conhecimentos adequados a esta realidade.

A formação de um profissional generalista, crítico, reflexivo e humanista objetiva que este, atuando diretamente com o ser humano, esteja voltado à integridade do seu paciente, não só do ponto de vista físico, mas também social e moral. A formação humanista pressupõe um profissional voltado a promover o bem estar do indivíduo, utilizando o seu conhecimento para promover melhores condições de vida às pessoas. A sua formação como um profissional crítico e reflexivo pressupõe um preparo que vai além da assimilação de conteúdos, isto é, um profissional que tenha a capacidade de buscar e desenvolver conhecimentos mediante pesquisas e formação continuada, sendo assim capaz de contribuir para o avanço de sua profissão e da ciência.

Assim, é insuficiente e inadequado definir o ensino superior pelo aprendizado de técnicas e de problemas já instalados. O mero repasse de conhecimentos, sem que haja uma visão ampla que capacite este profissional a buscar soluções e aprofundamentos, limita o Fisioterapeuta a um executor de tarefas, sem capacidade para atuar com autonomia, voltando às bases do seu exercício profissional, quando era considerado um auxiliar médico.

A Resolução n.º4 de 19 de fevereiro de 2002, do Conselho Nacional de Educação, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Fisioterapia, no seu artigo 6º determina que os conteúdos essenciais para o Curso de Graduação em Fisioterapia devem estar relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar em fisioterapia.

A formação, segundo estes conteúdos, objetiva dotar o fisioterapeuta de conhecimentos necessários para a atuação profissional, preparando-o para a tomada de decisões, liderança, trabalho em equipe, administração, gerenciamento e educação permanente. O profissional da atualidade, em qualquer que seja o seu campo de atuação, deverá estar preparado não só para a sua profissão, mas para as mudanças que ocorrerão depois da sua formação acadêmica, devendo acompanhá-las, através de formação continuada, buscando a atualização constante.

A minha experiência como profissional da área da Fisioterapia contribuiu com o entendimento de que o Fisioterapeuta deverá ter uma visão global do Homem, compreendendo o indivíduo de modo global e não como partes a serem tratadas. “A doença do mundo manifesta-se como o distanciamento de um conhecimento em totalidade, como a excessiva especialização dos saberes” (VEIGA NETO, 1997, p. apud FAZENDA, 1994.).

A fragmentação das áreas de estudo, dificultará a compreensão do indivíduo como um ser social, físico, cultural e moral. Há a necessidade da integração dos conteúdos necessários à formação técnica e os conteúdos formativos para a cidadania.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia, no seu artigo 3º diz que o perfil que o formando egresso/profissional Fisioterapeuta apresenta é:

Formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor científico e intelectual. Detém visão ampla e global, respeitando os princípios éticos/bioéticos, e culturais do indivíduo e da coletividade. Capaz de ter como objeto de estudo o movimento humano em todas as suas formas de expressão e potencialidades, quer nas alterações patológicas, cinético-funcionais, quer nas suas repercussões psíquicas e orgânicas, objetivando a preservar, desenvolver, restaurar a integridade de órgãos, sistemas e funções, desde a elaboração do diagnóstico físico e funcional, eleição e execução dos procedimentos fisioterapêuticos pertinentes a cada situação.

Essa formação, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, pressupõe a relação dos conteúdos essenciais para o Curso de Graduação em Fisioterapia com todo o processo de saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, dentro da realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar em Fisioterapia. Este cuidar engloba a prevenção de doenças, promoção da saúde e tratamento de doenças. Esses Conteúdos devem contemplar, segundo o art. 6º:

I - Ciências Biológicas e da Saúde – Incluem-se os conteúdos (teóricos e práticos) de base moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos;

II - Ciências Sociais e Humanas – abrange o estudo do homem e de suas relações sociais, do processo saúde-doença nas suas múltiplas determinações, contemplando a integração dos aspectos psico-sociais, culturais, filosóficos, antropológicos e epidemiológicos, norteados pelos princípios éticos. Também deverão contemplar conhecimentos relativos às políticas de saúde, educação, trabalho e administração.

III - Conhecimentos Biotecnológicos – Abrange conhecimentos que favorecem o acompanhamento dos avanços biotecnológicos utilizados nas ações fisioterapêuticas que permitam incorporar as inovações tecnológicas inerentes à pesquisa e prática clínica fisioterapêutica.

IV - Conhecimentos Fisioterapêuticos - Compreende a aquisição de amplos conhecimentos na área de formação específica da Fisioterapia: a fundamentação, a história, a ética e os aspectos filosóficos e metodológicos da Fisioterapia e seus diferentes níveis de intervenção. Conhecimentos da função e disfunção do movimento humano, estudo da cinesiologia, da cinesiopatologia e da cinesioterapia, inseridas numa abordagem sistêmica. Os conhecimentos dos recursos semiológicos, diagnósticos, preventivos e terapêutica que instrumentalizam a ação fisioterapêutica nas diferentes áreas de atuação e nos diferentes níveis de atenção. Conhecimentos da intervenção fisioterapêutica nos diferentes órgãos e sistemas biológicos em todas as etapas do desenvolvimento humano.

Essas diretrizes asseguram ainda a necessidade de haver um projeto pedagógico, construído coletivamente, no qual o aluno é o sujeito da aprendizagem, tendo o professor o papel de facilitador e mediador do processo da aprendizagem. O Projeto Político Pedagógico deverá buscar articular o ensino/pesquisa/extensão, contribuindo também para a compreensão, interpretação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais, regionais, internacionais e históricas.

O artigo 13º das Diretrizes Curriculares diz que “a estrutura do Curso de Graduação de Fisioterapia deverá assegurar que”:

I - As atividades práticas específicas da Fisioterapia deverão ser desenvolvidas gradualmente desde o início do curso de Graduação em Fisioterapia, devendo possuir complexidade crescente, desde a observação até a prática assistida (atividades clínico-terapêuticas).

II - estas atividades práticas, que antecedem ao estágio curricular, deverão ser realizadas na IES ou em Instituições conveniadas e sob a responsabilidade de docente fisioterapeuta; e

III - As Instituições de Ensino Superior possam flexibilizar e otimizar as suas propostas curriculares para enriquecê-las e complementá-las, a fim de permitir ao profissional a manipulação da tecnologia, o acesso a novas informações, considerando os valores, os direitos.

As diretrizes curriculares reforçam ainda a necessidade de haver acompanhamento e avaliação permanente do currículo para permitir os ajustes que se fizerem necessários ao seu aperfeiçoamento. O currículo é o corpo de conhecimentos que farão parte do percurso do acadêmico. As avaliações dos alunos deverão basear-se nas competências, habilidades e conteúdos curriculares desenvolvidas tendo como referência as Diretrizes Curriculares e as necessidades contextuais. Destaca-se também nas Diretrizes, a “necessidade de utilizar metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso, em consonância com o sistema de avaliação e a dinâmica curricular definidos pela IES à qual pertence”. (BRASIL, 2002)

A Construção de um projeto pedagógico para o curso de Fisioterapia, pressupõe a articulação de saberes relacionados a diversas áreas do conhecimento humano, como as Ciências Biológicas, Humanas e Sociais, com profundo conhecimento prático fisioterapêuticos e conhecimentos biotecnológicos com o objetivo de consolidar uma sólida formação generalista apropriada para o exercício profissional.

A atuação do profissional Fisioterapeuta, segundo a minha experiência e minha reflexão, requer uma atuação não só do ponto de vista clínico, tratando de uma determinada patologia, requer habilidade para ouvir o paciente, orientá-lo e compreendê-lo tratando-o com dignidade e respeito.

Os pressupostos metodológicos para o Curso de Fisioterapia deverão acompanhar as tendências das novas exigências educacionais, no qual o aluno não é um mero executor de fórmulas prontas, nem o professor um transmissor de métodos e técnicas a serem executados.

A apropriação dos conhecimentos envolve uma relação teoria/prática. A Fisioterapia, por estar voltada à promoção, prevenção e reabilitação do ser humano, utiliza práticas, fundamentadas em teorias científicas. A integralização do processo de aprender, nesta profissão, se dá através da contextualização das disciplinas, e destas à prática. Estas disciplinas devem estar voltadas aos saberes específicos da profissão, porém, deixando ao aluno a busca pelo seu saber, pelas inovações e assim despertando nele o interesse pela pesquisa e pela continuidade de aprendizado no decorrer de toda a sua vida.

Santomé (1998, p.25), justifica a organização do currículo em núcleos que ultrapassam os limites das disciplinas, centrados em temas, problemas, tópicos, instituições, períodos históricos, espaços geográficos, grupos humanos, idéias, etc. Assim os alunos teriam que associar as disciplinas para compreender ou solucionar os problemas ou as questões propostas. Desta forma, haverá melhora nos processos de ensino e aprendizagem. Segundo ele “A compreensão de qualquer acontecimento humano sempre está entrecruzado por diversas dimensões, é multifacética”.

Disciplina, para Santomé (1998) é a organização e a delimitação de um campo de trabalho, concentrando a pesquisa e as experiências dentro de um determinado ângulo de visão. Desta forma, cada disciplina nos oferece uma imagem particular da realidade. Assim, há uma fragmentação do conhecimento se as disciplinas forem levadas aos alunos de forma isolada, sem que haja inter-relação entre as mesmas.

O trabalho interdisciplinar age como integralizador das disciplinas, agrupando as áreas do conhecimento e proporcionando ao aluno a composição do seu conhecimento numa visão global. Ao atuar profissionalmente, mais tarde, as exigências certamente estarão voltadas a este sentido.

De modo geral, o profissional a ser formado, deverá ter uma visão do todo, não se detendo somente num ramo do saber. A formação de um profissional capacitado a atender o indivíduo como um todo, pressupõe uma formação interdisciplinar, cuja metodologia permita a compreensão do homem como um todo e não como partes fragmentadas.

De modo específico em profissões como a Fisioterapia, na qual há uma notável tendência à divisão por áreas de especializações, há uma tendência em direcionar o aprendizado para uma determinada área. Pode ser traçada uma comparação entre as especializações e o modelo de produção Fordista, descrito por Santomé, (1998) no qual, a prática sistemática de uma determinada atividade, causava uma desapropriação do conhecimento geral, ficando este restrito a um determinado saber, necessário à sua prática. Dessa forma, não há uma preparação do aluno para a tomada de decisões, intervindo nos processos produtivos e educacionais dos quais participa. De acordo com Zainko, (1998, p.130),

A superação da tendência presente em nossos processos de formação de profissionais, ainda baseada na tradição Fordista-Taylorista, empolga como desafio científico e deve apontar para uma necessidade, cada vez mais premente, de multi e transdisciplinaridade.

Assim, podemos concluir que há a compreensão de que o aprendizado de técnicas, e os conteúdos puramente repassados, não preparam o aluno para atuar decisiva e criticamente no mercado de trabalho, limitando as suas ações e o seu crescimento profissional. A aprendizagem se dá pela associação da teoria à prática, e no caso do curso de fisioterapia, há a possibilidade constante da interdisciplinaridade de conteúdos e conhecimentos através da adoção de um currículo integrado, onde as disciplinas sejam interdependentes umas das outras.

Com esses conhecimentos integrados e a partir de casos clínicos, nos quais são necessários conhecimentos de diversas áreas para a aplicação em um paciente, o aluno aprenderá a pensar no todo em vez de partes isoladas. As diversas patologias, os vários recursos disponíveis nesta área, as individualidades de cada paciente, bem como o homem visto como um ser social, biológico, psicológico e moral, permitem e obrigam a uma pluralidade de conhecimentos num mesmo caso.

Então, nesse curso em especial, a fragmentação de conhecimentos dificultará o aprendizado. As discussões colegiadas de cursos, a elaboração coletiva de um Projeto Político Pedagógico, bem como o seu acompanhamento constante no sentido de adaptar e promover as modificações necessárias são passos fundamentais na busca por um ensino de qualidade, no qual o aluno é o sujeito do aprendizado, no caminho contínuo do conhecimento. Cabe ao professor e a todos os responsáveis pela elaboração do currículo, uma revisão e apuração constante dos resultados que este vem proporcionando ao educando. Costa (1998, p.51), diz: “Procura-se, sempre, verificar o que os estudantes fazem com os conteúdos e ignora-se o que os conteúdos e o currículo estão fazendo com os estudantes”.

Gadotti (1994, p.579), citado por (Veiga 1995, p. 12) afirma que um projeto pressupõe algumas rupturas com o passado e o presente, arriscando-se para o



futuro, através da quebra de um estado confortável. Ele diz que os autores e atores deverão estar comprometidos aos riscos que este período de instabilidade proporcionará para buscar nova estabilidade.

O Parecer n.º1.210/2001 – CES/CNE, ao estabelecer as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Fisioterapia, descreve no art. 14:

A implantação e desenvolvimento das diretrizes curriculares devem orientar e propiciar concepções curriculares ao Curso de Graduação em Fisioterapia que deverão ser acompanhadas e permanentemente avaliadas, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários ao seu aperfeiçoamento.

Esse mesmo artigo, no segundo parágrafo, indica: “O curso de Graduação em Fisioterapia deverá utilizar metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso, em consonância com o sistema de avaliação e dinâmica curricular definidos pela IES à qual pertence”. Então, partindo desse pressuposto, a avaliação Institucional poderá, através do levantamento obtido, fornecer os dados para os quais os caminhos deverão ser seguidos, através da compreensão coletiva dos envolvidos no processo educacional.

Em síntese esse capítulo buscou subsidiar dois dos objetivos específicos da pesquisa, os quais se referem a: Identificar a contribuição do Projeto Pedagógico do Curso no processo de formação do fisioterapeuta e examinar as contribuições que a avaliação tem trazido para a instituição e para o projeto pedagógico do curso de fisioterapia.

## **4. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

O tema focado neste capítulo aborda a Avaliação Institucional como uma estratégia para o conhecimento e ação em prol da adequação do projeto pedagógico da Instituição de ensino superior. A reflexão aqui desenvolvida tem como base a avaliação institucional, analisando de que forma esta contribui no aperfeiçoamento desse projeto e que contribuições tem trazido para a Instituição.

A busca pela qualidade e a preocupação com uma educação e formação integral, baseada em princípios éticos, morais, criativos e abrangentes, faz com que haja uma preocupação e um acompanhamento constante dos processos que envolvem a educação.

As políticas de expansão do ensino superior, propostas pelo governo federal, permitiram a abertura de novos cursos universitários e ampliação de vagas em cursos já existentes. Com isto houve um crescimento *desordenado* de novas instituições, algumas com poucas condições para oferecer um ensino de qualidade. A avaliação é um tema que vem sendo destacado na mídia devido aos impactos que os modelos antigos como o Exame Nacional de Cursos (Provão) e o novo modelo (SINAES) vêm causando.

### **4.1. Políticas e Avaliação da Educação Superior no Brasil**

A educação brasileira vem passando por mudanças substantivas, buscando acompanhar o ritmo desenfreado das mudanças em todos os aspectos da vida cotidiana. A globalização e a revolução tecnológica exigem e oferecem a perspectiva de uma educação cada vez mais transformadora, delineando um novo pano de fundo no setor educacional. O ensino superior deverá estar preparado para subsidiar

estas transformações, e estas exigências apontam para uma verificação constante da qualidade do ensino ofertada pelas IES.

Novas tecnologias, novos métodos de avaliação, incentivos cada vez maiores para as pesquisas, condições favoráveis para que o ensino se desenvolva, são preocupações que se tornam cada vez mais evidentes neste contexto.

Buscando alternativas para investigar e identificar o que está acontecendo numa IES, é necessária uma avaliação constante. A avaliação externa e interna fornecem os indicadores necessários para as mudanças e implementações. A avaliação permite um diagnóstico dos produtos, serviços e processos. O egresso, seus conhecimentos e sua preparação profissional obtida no seu processo acadêmico poderão fornecer indicativos de como se processou o aprendizado e como este enfrentou os desafios quando assumiu efetivamente a sua profissão.

A avaliação educacional vem ganhando espaço como tema de grande interesse entre os educadores, pelos impactos que os modelos vêm causando na sociedade, e a discussão de novas propostas. Segundo o documento Bases Para uma Nova Proposta de Avaliação da Educação Superior (BRASIL - CEA, 2003).

Até o início da década de 1980, a produção acadêmica no âmbito da temática da Avaliação Institucional e da Avaliação da Educação Superior tinha pouco destaque. Entretanto, a partir deste período, houve crescente interesse sobre a avaliação da educação superior, de modo que, no final da década, os periódicos de circulação nacional publicaram, em média, um artigo/mês a respeito. Nos anos 90, houve um crescimento acelerado de publicações na área, em especial a partir da segunda metade do período, refletindo não só o interesse, mas a centralidade desta temática no âmbito das reformas e das políticas públicas da educação. (p.13)

De acordo com Vianna (1989), a avaliação institucional começou a despertar o interesse na década de quarenta com os trabalhos de Tyler, e desenvolveu-se nos anos 60, a partir das contribuições principalmente de Cronbach, Scriven e Stake. No Brasil esta prática tem sido preocupação das Instituições de Educação Superior a

partir da década de 60, devido ao aumento dos investimentos públicos na educação, colocando-se o estado como “controlador”. (DIAS SOBRINHO, 2003).

Segundo esse autor, nos anos 80 foram implementados dois programas de avaliação, os quais tinham igualmente a função de controle: primeiramente o Programa de Avaliação da Reforma Universitária, PARU em 1983, que tratou basicamente de dois temas: gestão e produção/disseminação de conhecimentos mediante dados institucionais colhidos de roteiros e questionários preenchidos por estudantes, professores e administradores. O segundo programa implementado foi o Grupo Executivo para a reformulação da Educação Superior, GERES, criado em 1985, no qual a avaliação apresentava a função de regulação e limitava a autonomia das IES, uma vez que era enfocada a dimensão individual dos alunos, cursos ou instituições, embora se mantivesse a preocupação com as dimensões institucionais. (BRASIL-CEA, 2003, p.13). Estes dois programas não lograram êxito.

Em 1993, surgiu o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB. Segundo Ristoff (1995, p.40), esse programa apresentava como princípios à globalidade, a comparabilidade, o respeito à identidade institucional, a não-premiação ou punição, a adesão voluntária, a legitimidade e a continuidade. A avaliação institucional era uma prática passível de adesão voluntária, perdendo o seu enfoque de controle, para mediante a verificação dos dados obtidos, despertarem ações em benefício da educação superior. Este programa tinha como etapa inicial à auto-avaliação, que se completava com a avaliação externa. Segundo as bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior (BRASIL-CEA, 2003),

Este programa estabeleceu uma nova forma de relacionamento com o conhecimento e a formação e fixou um diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade novos patamares a atingir. Embora sua experiência tenha sido curta, conseguiu dar legitimidade à cultura da avaliação e promover mudanças visíveis na dinâmica universitária. (p.14).

Esse programa perdeu espaço pela falta de apoio do MEC e foi substituído pelo Exame Nacional de Cursos, conhecido como “provão”. Este instrumento se mostrou ineficaz por não respeitar as diferentes realidades educacionais, ferindo os princípios do respeito à identidade institucional, globalidade, comparabilidade e outros. A avaliação Institucional proposta a partir do provão, apresentava características meramente de controle e ranqueamento das Instituições de Ensino Superior, uma vez que avaliava a Universidade a partir de somente um de seus processos. No provão era avaliado somente o desempenho do aluno. Desta maneira, a avaliação adota um caráter excludente, descaracterizando os seus principais objetivos.

Maciel (2003, p.39) o classifica como “um sistema de avaliação que visa tão somente tornar as Universidades promotoras de mão de obra, esquecendo suas origens e seus objetivos primeiros que são: ensino, pesquisa e extensão”.

Há atualmente uma discussão em torno da estatização das vagas, dos altos custos da universidade pública, das cotas para a democratização da educação. Todas estas questões apontam para levar o Estado a uma desobrigação de suas responsabilidades históricas com a educação. Maciel (2003, p.43) discute a avaliação realizada por instrumentos como o Exame Nacional de Cursos (ENC), popularmente conhecido como provão, como uma forma de um reposicionamento do governo, uma vez que este se desobriga da aplicação de recursos para a educação, posicionando-se como controlador da qualidade da educação. A função de regulação e controle impostos pelo ENC, deve-se ao fato dos altos gastos com o ensino superior e a exigência de qualidade na prestação dos serviços.

Maciel (2003) acusa esse método de avaliação suficiente somente para controlar e direcionar o ensino superior para as necessidades mercadológicas,

descaracterizando os verdadeiros objetivos da educação. O provão pretendia avaliar o ensino superior a partir somente de um dos seus aspectos, que é o ensino, desconsiderando a pesquisa e a extensão. Desta forma, a avaliação perdia a eficiência, pois não conseguia diagnosticar a realidade educacional, uma vez que esta apresenta uma inter-relação entre seus três aspectos fundamentais. A partir do Exame Nacional de Cursos, a avaliação institucional passou a fazer parte das políticas de estado, sendo, portanto, obrigatória.

Em 2003 foi criada uma comissão, que foi chamada de Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior – CEA. Esta comissão tinha por finalidade a reformulação dos processos e políticas da Avaliação da Educação Superior e a elaboração dos instrumentos, a metodologia e os critérios que passaram a fazer parte da nova proposta de avaliação. Esta comissão, após levantamento de dados diagnósticos da educação superior, criou uma proposta chamada Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, o qual “busca assegurar, entre outras coisas, a integração das dimensões internas e externas, particular e global, somativo e formativo, quantitativo e qualitativo e os diversos objetos e objetivos da avaliação”. (BRASIL-CEA, 2003, p. 61). O SINAES foi oficializado pela lei nº. 10.861 de 14 de abril de 2004, passando a fazer parte das políticas educacionais.

O novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, mediante proposta para uma política desta avaliação, traz na sua estrutura grande relevância para que cada IES tenha seu projeto próprio de Avaliação Institucional. Esse documento, ao partir de idéias centrais de integração e participação, propõe a construção de um sistema avaliativo capaz de aprofundar os compromissos e responsabilidades sociais das instituições, bem como promover os valores democráticos, o respeito à diversidade, a busca de autonomia e a afirmação da

identidade de cada Instituição, através de avaliações internas e externas, para a “tomada de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, melhoria institucional, auto-regulação, emancipação, elevação da capacidade educativa e do cumprimento das demais funções públicas”. (BRASIL-CEA, 2003, p.61).

Com isto, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação superior, conclama a todas as IES, a partir do envolvimento dos membros da comunidade educativa, juntamente com os representantes do governo, na realização da Avaliação da Instituição, com ações coletivamente legitimadas, para mediante indicadores comuns darem respostas à sociedade de como o Sistema educacional vem se desenvolvendo e da realidade daquela instituição específica.

Dentro dessa proposta, percebe-se a necessidade da integração de todos os envolvidos no processo avaliativo, com vistas a um resultado fidedigno, tanto na avaliação interna como na avaliação externa, conforme Amorim, (1992, p.139):

Diríamos que a avaliação quando ocorrida num ambiente condicionado pela compreensão mútua e o respeito de todos aos participantes e ao processo avaliativo, tem todas as possibilidades de revelar à comunidade universitária e social os acertos e dificuldades vivenciadas por esta instituição no cumprimento de suas tarefas educadoras. Assim, a diretriz da autonomia revela que uma avaliação para ser autônoma precisa Ter confiabilidade institucional e social.

Então, como instrumento norteador de mudanças para o crescimento e desenvolvimento da Instituição, a Avaliação Institucional tem como seu principal objetivo analisar o objeto de estudo, sob a ótica da coerência do conjunto, conforme caracterizado nas “Bases para uma nova proposta de Avaliação da Educação Superior”, (BRASIL-CEA, 2003, p.70), focalizando os seguintes aspectos:

- a) O objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações. Atividades, funções e finalidades de uma IES, dentre outros aspectos, ensino-pesquisa-extensão, administração, responsabilidade e compromisso sociais, formação, etc.

- b) Os sujeitos da avaliação são os conjuntos de professores, estudantes, funcionários e membros da comunidade externa, especialmente convidados ou designados.
- c) Os processos avaliativos seguem os procedimentos institucionais e se utilizam da infra-estrutura da própria instituição. (p.70)

Dessa forma, a Avaliação Institucional deverá sempre estar integrando objeto, sujeito e processo, e será feita de acordo com o princípio da Integração destes aspectos, com as devidas adequações, considerando o respeito à identidade Institucional, tendo como norteador um roteiro básico proposto pela Comissão Especial de Avaliação – CEA, que deverá ser adaptado segundo o perfil da Instituição, com seleção dos itens que correspondam às suas atividades, de acordo com o Projeto Político Pedagógico Institucional. (CEA, 2003, p.63 a 68):

#### **4.2 Os pressupostos da Avaliação Institucional**

O conceito de Avaliação é amplo, e demonstra os aspectos mais importantes que devem estar presentes em uma avaliação:

A avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informações suficientes e relevante para apoiar um juízo de valor sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação e execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com o propósito de produzir efeitos ou resultados concretos; comprovados a extensão e o grau em que se deram as conquistas, de forma tal que sirva de base ou guia para uma tomada de decisão racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão de fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados. (Aquilar et al, 1994), apud GUIMARÃES (2003 P. 63).

Esse conceito destaca a função pro ativa da Avaliação, uma vez que deixa clara a importância de se avaliar para tomar decisões, para acertar os erros, para buscar novos caminhos, para se atingir um fim. A avaliação não deve simplesmente verificar, a sua função é produzir efeitos levando à reflexão para possíveis mudanças.



Hoffmann (2001) reforça a importância da Avaliação, ao afirmar que “estudos avaliativos sempre provocam alguma diferença. As pessoas envolvidas em situações de avaliação são levadas a refletir sobre o que fazem, e porque fazem”. A autora afirma que ao apresentar os dados da avaliação, caberá uma análise crítica da situação de um ponto de vista alheio, o que contribui para as mudanças. “Entretanto, o enfrentamento dos limites é a sua finalidade, bem como trabalhar para superá-los, com a modéstia de quem se percebe permanentemente aprendendo”. (p.41)

Dessa forma a Avaliação Institucional permite à Instituição de ensino superior e toda a comunidade acadêmica, repensarem o papel da Instituição, seus objetivos, seus recursos, suas metas, e principalmente a possibilidade de inovações, a partir da compreensão da realidade em que está inserida, e como vem se desenvolvendo o seu propósito.

Diante das transformações, pelas quais vem passando o ensino superior, “os processos de avaliação surgem para atender dois agentes” Guimarães (2003 p.56):

O primeiro seria o Estado, o qual precisa de dados que indiquem a necessidade de subsídio das políticas educacionais e que orientem a aplicação de recursos públicos, de forma que atendam a pressão da sociedade; e o segundo, que se refere à Instituição de Ensino Superior, que deve organizar-se de modo a responder a pressões imediatas, vindas principalmente do mercado, mas sem perder sua autonomia de provocar o espírito crítico e inovador requerido pela produção do conhecimento.

Dias Sobrinho (2003, p. 45) afirma que existem duas funções, até certo ponto contraditórias, que são atribuídas à avaliação:

Para uns, tem função proativa, é formativa e tem como objetivo melhorar e desenvolver o objeto em foco, seja um indivíduo, grupo, programa, instituição, sistema e assim por diante. Por outro lado, a avaliação retroativa é somativa, e vem sendo praticada com função de prestação de contas (*accountability*). Aqui se enquadram os contratos de gestão, as análises de custo-benefício, a gestão por objetivos, as provas de competência mínima e outros instrumentos de classificação, seleção, certificação e medida.

A avaliação apresenta ainda a função diagnóstica, que é a que permite o levantamento dos dados. Estas funções, segundo Dias Sobrinho (2003), sofrem predomínio de umas às outras, na dependência dos objetivos de quem a utiliza, uma vez que denota uma questão de poder. As avaliações geralmente envolvem um juízo de valor, porém esses valores podem estar relacionados a “um indivíduo, um grupo, uma instituição, a um programa, a um sistema, a desempenhos, a objetivos previamente estabelecidos, a interesses contraditórios, a posições filosóficas, éticas, etc”. (Dias Sobrinho, 2003, p.46).

As constatações apontadas pela Avaliação deverão ser profundamente analisadas, com objetivo de aperfeiçoar o ensino, com uma melhor adequação dos conteúdos, das bases metodológicas, da gestão, da organização, da atualização e outros aspectos que permitam à instituição acadêmica ser um espaço político, social e cultural, de interesse público, em constante transformação.

A Avaliação Institucional apresenta relevância por se tratar de instrumento de diagnóstico e interpretação para a proposição de ajustes com vistas a satisfazer as novas exigências educacionais, como retratados por Ribeiro (2000, P.15), Apud Suanno (2002):

A avaliação é um instrumento fundamental para todo organismo social que busque desenvolvimento e qualidade. Para a Universidade, instituição cuja razão de ser encontra-se na prestação de serviços de qualidade à sociedade, buscando sempre a excelência na produção, sistematização e democratização do saber, o propósito da avaliação Institucional deve ser o de conduzir ao aperfeiçoamento constante dos empreendimentos humanos.

A avaliação Institucional é “qualitativa e subjetiva”, emitindo um juízo de valor, partindo de uma base empírica, de dados relevantes para fazer julgamentos. Estes dados são encontrados em livros, documentos, processos, pessoas, entrevistas e outros. A partir daí, há a necessidade de fazer questionamentos sobre os valores para não correr o risco de a avaliação ser utilizada somente como controle.

(interpretação e valoração). A avaliação que incorpora e ultrapassa o controle é a verdadeira avaliação global, dinâmica, projetada ao futuro. Devem-se conhecer as causalidades e potencialidades para a melhoria.

A avaliação Institucional deve ser norteadada pelo princípio da Globalidade, explicado por Ristoff (1995 p.40): “É necessário avaliarmos a instituição não somente a partir de uma de suas atividades (...) Todos os elementos que compõe a vida universitária devem fazer parte da avaliação para que ela seja a mais completa possível”.

Baseado no princípio da globalidade, os aspectos institucionais a serem avaliados são o ensino, a pesquisa e a extensão, que se constituem na principal atividade da universidade, bem como as condições físicas (infra-estrutura) e administrativas em que a instituição está inserida. Dentro destes aspectos devem ser observados todos os itens que o constituem, como a docência, projeto pedagógico, plano de ensino, as relações com a sociedade, os cursos, os programas, e outros, interligando estes aspectos uns aos outros para o diagnóstico correto das verdadeiras condições de ensino que a instituição oferece. Conforme estabelece a lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, no seu artigo 3º avaliação institucional deverá abranger:

A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais atividades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

A avaliação institucional, nesta proposta atual, deverá ser uma prática obrigatória em todas as Instituições de ensino superior, com a conscientização de toda a comunidade acadêmica da importância da avaliação, despertando o interesse dos envolvidos e a compreensão da necessidade de tal ação, tornando-a uma prática contínua dentro da Instituição de ensino superior.

O objetivo da educação superior, conforme a idéia de Dias Sobrinho (2002), é que a universidade, antes de tudo, deve ter a responsabilidade da formação cidadã, na qual a atitude ética deverá prevalecer sobre a formação técnica, formando o homem em sua totalidade, capaz de promover a cidadania e os valores sociais, dentro de um sentido profundamente humano.

A avaliação institucional, de acordo com a proposta da CEA, vai atender ao objetivo da educação superior, proporcionando ao educando condições para a participação mais crítica e produtiva, tornando-o um cidadão competente profissional e socialmente, podendo exercitar a sua liberdade intelectual. Esta deverá ser uma grande preocupação do ensino superior, pois o aluno em questão terá como próximo passo, enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e voltado à qualidade dos serviços oferecido por este profissional, que sem a experiência da prática, deverá ter capacidade e discernimento para buscar a realização eficaz do seu trabalho. Este novo profissional deverá estar aberto a novas e constantes

aprendizagens e deverá ter a capacidade de além de um bom domínio do seu saber necessário ao desempenho de sua profissão, adaptar-se às mudanças que ocorrem dentro do mercado de trabalho.

A avaliação institucional permite construir pontes entre a Instituição e a comunidade, na visão dialética do conhecimento, com o ser humano visando sempre o futuro, para evoluir e promover a superação. A avaliação deverá ser processual, não podendo ser realizada somente em um momento. É este processo contínuo que permitirá a comparação da instituição com ela mesma, e as modificações que foram feitas a partir das constatações.

Hoffmann (2001, p.21) destaca que “a avaliação mediadora destina-se a conhecer, não apenas para compreender, mas para promover ações em benefício aos educandos, às escolas, às universidades”.

A metodologia da avaliação Institucional deverá ser orientada por uma perspectiva qualitativa, que permita descrever a realidade e desenvolver a compreensão do objeto de estudo, requerendo também uma abordagem quantitativa com a utilização de questionários, debates, instrumentos de coleta de dados. A abordagem qualitativa permite que os dados sejam analisados e interpretados criticamente, enquanto que a necessidade de uma abordagem quantitativa se justifica para dar certa consistência organizacional, conforme Dias Sobrinho (2000, p. 80 e 106), que ressalta a necessidade desta combinação de metodologias, explicando:

A avaliação tem uma ação visível, aparente, objetiva, mensurável e quantificável que oferece as indicações de grandezas imprescindíveis para o conhecimento da instituição. Entretanto, não basta levantar os elementos quantitativos. Esses dados de realidade é preciso reunir e selecionar fazê-los observáveis, ou seja, é preciso conceitualizá-los, o que vem a ser torná-los significativos e pertinentes à compreensão integrada.

Um ponto de partida na elaboração de um projeto de avaliação institucional, já tendo sido proposto pelo Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, e reforçado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, seria a auto-avaliação institucional, que segundo Ristoff (1995 p.43), associado ao princípio de respeito à Identidade Institucional, possibilita às Instituições refletirem no que são e no que pretendem ser, antes de submeterem-se à avaliação externa.

Suanno (2002) explica que a auto-avaliação deverá ser planejada em etapas, iniciando com a preparação da avaliação, elaboração do projeto, organização do processo, resultado e informes, validação, plano de ações e tomada de decisões em uma lógica permanente. De Blasi (1996, p.69) propõe que “se conjugue a auto-avaliação com a avaliação externa, para que não aconteça o risco de, ao se fazer apenas a primeira, tomá-la como único objeto de análise de uma instituição”. A avaliação institucional pode ser uma ferramenta de desenvolvimento organizacional e de auto-regulação se tiver como base à auto-avaliação e a participação dos atores envolvidos no processo educacional.

Dessa maneira fica claro que o primeiro passo para iniciar uma avaliação institucional é a tomada de consciência de todos os envolvidos no processo, interna e externamente, da importância desta ação, não como uma forma punitiva ou meramente controladora, mas que proporcionará o crescimento pessoal dos envolvidos, atingindo a Instituição e o próprio ensino superior Brasileiro como um todo.

Com a proposta do Sistema Nacional de Avaliação Superior, que “busca assegurar, entre outras coisas, a integração das dimensões internas e externas, particular e global, somativo e formativo, quantitativo e qualitativo, os diversos

objetos e objetivos da avaliação”, (COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO, 2003, p.61), há uma preocupação em articular a avaliação interna à avaliação externa, a comunidade acadêmica, sociedade e as instituições brasileiras e internacionais com o propósito não de ranqueamento, mas de cooperação mútua para o desenvolvimento global.

As avaliações internas e externas, por sua vez, deverão submeter-se a uma meta-avaliação. Esta deverá ser realizada tanto pela instituição quanto pelo MEC. Esta análise das avaliações interna e externa, bem como as recomendações específicas farão parte do relatório. (CEA, 2003, p.81).

Assim, a Avaliação Institucional irá cumprir o seu papel, auxiliando efetivamente aos que estão realmente interessados em uma universidade de qualidade e aberta a mudanças, com vistas a preparar o verdadeiro cidadão do novo milênio. A exigência da qualidade em todos os sentidos da vida moderna leva a educação a repensar o seu papel, de maneira criativa que possibilite a formação integral do indivíduo, tornando-o um cidadão ético, capacitado e crítico.

Dessa forma, a avaliação institucional deverá sempre estar integrando objeto, sujeito e processo, e será feita de acordo com os princípios propostos pela comissão especial de avaliação que propôs o SINAES (CEA, 2003, p.63-68):

- Educação é um direito social e dever do estado: de acordo com este princípio, a avaliação institucional, através de indicadores comuns, deverá responder a todos como vem ocorrendo o processo educacional dentro de uma IES;
- Valores sociais historicamente determinados: A avaliação deverá considerar a garantia da formação e produção de conhecimentos dentro de um padrão de qualidade e relevância social, que permitam o desenvolvimento do conjunto da população e o desenvolvimento da ciência.
- Regulação e controle: A avaliação institucional deverá permitir ao estado e à comunidade educativa dados que permitam um controle que ultrapasse a mera burocracia, mas que sirva de base e forneça elementos que possibilitem a reflexão e melhores condições de desenvolvimento.

- Prática social com objetivos educativos: Segundo este princípio, a avaliação educativa interliga duas ordens de ação: a primeira visa verificar para conhecer e, através das informações constatar a realidade, e a outra é a de através de questionamentos e julgamentos, compreender as causas e os potenciais que possam produzir sentidos.
- Respeito à identidade e à diversidade institucionais em um sistema diversificado: A avaliação Institucional deverá levar em conta esta diversidade de tarefas de uma instituição, considerando as diferenças institucionais, para que esta possa, “exercitar sua liberdade para desenvolver, no que for possível e desejado, processos avaliativos que também correspondam a objetivos e necessidades específicos”.
- Globalidade: De acordo com este princípio, a instituição não deverá ser avaliada somente a partir de um de seus processos, mas integrar os diversos aspectos que esta engloba. “A perspectiva da globalidade traz consigo a idéia de integração das partes em um todo coerente”.
- Legitimidade: Para que a avaliação seja legítima, deve-se adotar com rigor os procedimentos científicos e apresentar uma função proativa, respeito à pluralidade e participação democrática que confira legitimidade ética e política.
- Continuidade: A avaliação deverá ser sempre processual, não se detendo somente em um momento, permitindo que a comunidade educacional “assuma de modo ativo as suas responsabilidades na construção da educação comprometida com os interesses e valores da comunidade”.

Esses princípios deverão sempre considerar o respeito à identidade Institucional, tendo como norteador um roteiro básico proposto pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, que deverá ser adaptado segundo o perfil da Instituição, com seleção dos itens que correspondam às suas atividades, de acordo com o Projeto Pedagógico Institucional.

### **4.3 Avaliação do Projeto Pedagógico**

O projeto pedagógico de uma instituição de ensino superior tem como princípio a ação coletiva e é uma proposta em constante construção. Portanto, a necessidade de uma avaliação constante para a verificação e o acompanhamento da efetivação dos projetos pedagógicos dos cursos é fundamental.

A existência de um projeto pedagógico pressupõe uma ação conjunta de educadores, com objetivo de determinar os caminhos a serem seguidos. Porém este é sempre ser um documento inconcluso, uma vez que as transformações sociais e institucionais pressupõem a necessidade de acompanhamento, e trazem como



conseqüência mudanças. Busmann, (1995, p. 38), afirma que a existência de um projeto pedagógico não encerra o processo e nem acarreta o resultado final, provocando uma constante discussão no meio termo entre “envolvimento e criatividade crítica”, “avaliação e aperfeiçoamento”. Este autor diz que “Um projeto pedagógico não pode gerar um tipo de saber ou um programa oficial que se enrijece ao passar a exigir fidelidade em vez de competência”.

Essa avaliação poderá trazer grandes benefícios para a instituição, uma vez que permite a análise e a reflexão permitindo a ação para tomada de decisões. Escudero (2004, p.157), explica que avaliar o projeto educativo da escola é uma tarefa que implica em muitos problemas, tensões e dificuldades de diversas naturezas, os quais

Dizem respeito às posturas que adotamos sobre a natureza do projeto educativo da escola e a sua razão de ser, aos nossos critérios para avaliar a sua elaboração, desenvolvimento e influência na educação, àqueles que assumem a idéia e a prática da avaliação, na medida em que nos é facilitado e permitido que façamos dela um processo integrado em dinâmicas e compromissos institucionais que tem como objetivo principal à melhoria do trabalho escolar. (ESCUDEIRO, 2004, p.157).

Assim, é importante a construção coletiva deste projeto, com vistas ao envolvimento de todos, para que o seu desenvolvimento seja pautado na unidade da ação que possibilite a boa formação acadêmica. Isto também reforça a importância do constante acompanhamento e reformulação deste projeto, a partir de dados da avaliação. A avaliação do projeto político-pedagógico permite observar e refletir sobre os resultados do trabalho pedagógico, da consonância destes com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dos aspectos políticos e sociais que devem fazer parte da proposta educativa.

A avaliação do projeto pedagógico de curso é a maneira de se chegar à compreensão de como estão se desenvolvendo os processos educacionais dentro

da Instituição de Ensino Superior, uma vez que neste documento estão contidos o perfil do aluno a ser formado, as competências e os temas de estudo que direcionarão a formação do mesmo. O projeto pedagógico de curso deve vincular os aspectos de formação técnica, política, social e humana, e é a proposta de base para todos os envolvidos no processo educacional da instituição.

Pina e Sanz (2001, p. 75) justificam a avaliação do Projeto Pedagógico para comprovar se esse satisfaz as necessidades da Instituição, garantir as decisões para favorecer as ações coerentes e fundamentadas e melhorar a prática educativa e prestar contas à administração e à sociedade.

Acompanhar as atividades e avalia-las levam-nos à reflexão, com base em dados concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação o seu projeto político-pedagógico. A avaliação do projeto político pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas. (VEIGA, 1995, p.33).

Assim, a avaliação Institucional ao avaliar o Projeto Pedagógico da Instituição, permite que essa conheça a evolução e o cumprimento dos seus próprios processos definidores das metas a serem alcançadas.

## **5. A PESQUISA DE CAMPO**

Este capítulo enfoca a metodologia utilizada na pesquisa de campo, a qual explica o processo de levantamento de dados e os procedimentos metodológicos adotados no decorrer desta pesquisa de dissertação de mestrado.

A pesquisa de campo visa buscar respostas para as questões investigadas na pesquisa. Partindo-se de um problema, foi feita uma seleção de instrumentos, os quais possam permitir a investigação. Segundo Trujillo, apud Marconi e Lakatos (1999, p. 18), a pesquisa tem como principal objetivo:

Tentar conhecer e explicar os fenômenos que ocorrem no mundo existencial, ou seja, como estes fenômenos operam, qual a sua função e estrutura, quais as mudanças efetuadas, por que e como se realizam, e até que ponto podem sofrer influências ou ser controlados.

A pesquisa de campo foi realizada no curso de Fisioterapia da Faculdade de Pato Branco – FADEP, e teve como atores os gestores institucionais, os professores com formação em fisioterapia e os alunos de todos os períodos regularmente matriculados no primeiro semestre de 2005.

### **5.1 O processo de levantamento de dados**

O processo de investigação realizado busca analisar qual a influência da avaliação institucional no planejamento e gestão do projeto pedagógico do curso de fisioterapia da Faculdade de Pato Branco – FADEP; identificar a compreensão de professores e alunos sobre o projeto; identificar se a avaliação institucional provoca modificações no projeto pedagógico do curso que contemplem as expectativas dos envolvidos. A análise da Avaliação Institucional já realizada na Instituição visa

buscar informações se tal instrumento tem servido como estratégia de mudanças do projeto político pedagógico. A pesquisa visa buscar informações a respeito da:

- Compreensão da interdependência entre projeto pedagógico e avaliação institucional na visão de alunos, professores e gestores;
- Contribuição do Projeto Pedagógico do Curso no processo de formação do fisioterapeuta, segundo a percepção de professores, alunos e gestores.
- Contribuições que a avaliação tem trazido para a instituição e para o projeto pedagógico do curso de fisioterapia, segundo a percepção de professores, alunos e gestores.

As entrevistas e os questionários foram dirigidos aos alunos e professores do curso de fisioterapia da FADEP, bem como aos gestores, fazendo parte deste último grupo o corpo administrativo e pedagógico.

Segundo Marconi e Lakatos (1999), a pesquisa tem duas funções, que são a acumulação e compreensão dos fatos levantados. “Esse levantamento se faz por meio de hipóteses precisas, formuladas e aplicadas sob a forma de respostas às questões (problema da pesquisa)”.

Fizeram parte desta pesquisa os alunos, professores e coordenador do curso de Fisioterapia da FADEP, bem como a coordenação pedagógica, pessoal administrativo e Direção Geral da referida instituição.

## **5.2 Procedimentos Metodológicos**

Essa pesquisa se orienta por uma abordagem qualitativa, caracterizada como estudo de caso, o qual, segundo Ludke e André (1986), enfatiza uma interpretação em contexto, através de uma variedade de fontes de informação, ou seja, uma variedade de dados coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de tipos de informantes. Estes dados permitem cruzar

informações, confirmar ou rejeitar hipóteses, descobrir novos dados ou levantar hipóteses alternativas.

A metodologia qualitativa é a que melhor se enquadra quando os dados são predominantemente descritivos, quando a observação do pesquisador e a atenção a pequenos detalhes e situações simples podem ser determinantes no resultado da pesquisa.

Todos os dados de realidade são considerados importantes. O pesquisador deve, assim, atentar para o maior número possível de elementos presentes na situação estudada, pois um aspecto supostamente trivial pode ser essencial para a melhor compreensão do problema que está sendo estudado. (LUDKE e ANDRÉ 1986, p.12).

Dessa forma, a presença do pesquisador no local onde está se desenvolvendo a pesquisa é fundamentalmente importante por permitir uma observação contínua e detalhada dos fenômenos essenciais a esta.

Dentro desta metodologia, a pesquisa realizada no curso de Fisioterapia da FADEP trata de um estudo de caso. Este visa abordar um caso específico, permitindo que o pesquisador esteja sempre atento a novas descobertas, demonstrando a realidade de forma completa e profunda. “Ao desenvolver o estudo de caso, o pesquisador recorre a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de tipos de informantes”. Ludke e André (1986 p.18). Assim o pesquisador poderá buscar e confrontar informações, comparando ou rejeitando hipóteses e compreendendo melhor o problema da pesquisa.

Os procedimentos metodológicos incluíram: Análise Documental; Entrevista e Aplicação de Questionários. A análise documental, a entrevista e os questionários são técnicas de coleta de dados utilizados como recursos metodológicos adequados à captação de informações, dentro da metodologia qualitativa. Podemos afirmar que

estas técnicas são particularmente necessárias em situações nas quais a evidência qualitativa é usada para captar dados psicológicos que são reprimidos ou não, facilmente articulados como motivos, atitudes, pressupostos, quadros de referência, etc. (HAGUETTE, 1987 p.64).

Caracterizam-se como métodos não estruturados ou semi-estruturados que são utilizados em conjunto, permitindo ao pesquisador redirecionar sua linha de investigação ao longo da pesquisa, reformulando o seu problema e evitando aglutinar informações irrelevantes. Assim, necessitam de maior envolvimento do pesquisador, uma vez que este terá maior contato com os informantes, selecionando-os ou descartando-os no decorrer da pesquisa.

Desta forma, este tipo de método exige um posicionamento adequado do pesquisador de modo a estabelecer uma interação com o informante, podendo, através deste vínculo, obter dados delicados no momento em que entender ser mais oportuno.

### **5.2.1 A entrevista**

A entrevista se destaca como uma das principais técnicas de coleta de dados, utilizada na investigação social para ajudar no diagnóstico ou tratamento de um problema social. Esta técnica é realizada por meio de uma conversação entre dois interlocutores que são o entrevistador e o informante, com objetivo de, através de uma maneira orientada, recolher os dados para a pesquisa por meio da interrogação, permitindo registrar também as observações sobre a aparência, o comportamento e as atitudes do entrevistado.

O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, *entre e vista*. *Vista* refere-se a ver, ter preocupação de algo. *Entre* indica relação de lugar ou espaço de duas pessoas. Portanto o termo entrevista refere-se ao ato de perceber, realizado entre duas pessoas, ou seja, é uma comunicação bilateral.

A obtenção dos dados da entrevista dependerá, em grande parte, da habilidade do entrevistador, que deverá conquistar a confiança do entrevistado. Assim, deverá haver interação entre quem pergunta e quem responde, com o entrevistador demonstrando capacidade de ouvir atentamente, dando ao entrevistado o tempo necessário para que discorra satisfatoriamente sobre o assunto. Será fundamental que ocorra estímulo ao fluxo de informações, com respeito, tendo o cuidado de captar as respostas não verbais, sendo porém, fiel às estas respostas, evitando distorções. Os dados deverão ser registrados por meio de anotações ou gravações.

Ludke e André (1986, p.34), destacam a vantagem da entrevista sobre as outras técnicas, porque esta permite a captação imediata da informação desejada, permitindo o aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas de coleta de dados. As técnicas utilizadas variarão se apenas se deseja obter informação sobre certos acontecimentos, explorar as atitudes e motivações de um indivíduo, ou modificar os comportamentos.

As entrevistas podem ser segundo Ludke e André (1986 p. 34-35):

1. Estruturadas ou dirigidas: São entrevistas padronizadas, com perguntas precisas, pré-formuladas e com ordem preestabelecida. Este tipo de entrevista é utilizado quando é necessário obter do entrevistado, respostas às mesmas perguntas, permitindo a comparação.

2. Não estruturadas ou não padronizadas: Permite ao pesquisador explorar mais amplamente uma questão. São perguntas abertas que podem ser respondidas dentro de uma conversa informal, podendo o entrevistado expressar as suas opiniões e sentimentos, com o entrevistador somente conduzindo a entrevista, levando o informante a falar sobre o assunto.

3.Semi-estruturada ou guiada: É a mais adequada para o trabalho que se faz atualmente em educação. Por ser mais flexível, permite ao entrevistador usar um guia com os tópicos dos temas a serem explorados durante a entrevista, sem que haja imposição de ordem rígida das questões. O ideal é que seja seguida uma lógica das perguntas, abordando inicialmente os fatos mais simples, indo aos mais complexos, com um aprofundamento gradativo. O entrevistador poderá fazer as adaptações necessárias, ou suprimir perguntas que julgar inconvenientes no decorrer da entrevista.

O entrevistador deverá desenvolver uma grande capacidade para ouvir atentamente, sabendo estimular as informações do entrevistado, sem forçar o rumo das respostas, permitindo que o entrevistado se expresse livremente. Necessita ter boa capacidade de comunicação verbal, permanecendo também atento à comunicação não verbal. De acordo com Ludke e André (1986 p.36).

Não é possível aceitar plena e simplesmente o discurso verbalizado como expressão da verdade ou mesmo do que pensa ou sente o entrevistado. É preciso analisar e interpretar esse discurso à luz de toda aquela linguagem mais geral e depois confrontá-la com outras informações da pesquisa e dados sobre o informante.

Desta forma, é importante que o entrevistador conheça bem o tema da entrevista, bem como obtenha o maior número de informações possíveis a respeito do entrevistado. Da mesma forma, deverá informar ao entrevistado os objetivos da entrevista, explicando a ele que a entrevista será utilizada exclusivamente para fins de pesquisa. Esse procedimento de coleta de dados necessita de tempo e de qualificação do pesquisador podendo ser dispendiosa. Cervo e Bervian (1996, p.136-137), destacam os critérios para o preparo e realização da entrevista:



1. O entrevistador deve planejar a entrevista, delineando cuidadosamente o objetivo a ser alcançado.
2. Obter, sempre que possível algum conhecimento prévio acerca do entrevistado.
3. Marcar com antecedência o local e o horário para a entrevista. Qualquer transtorno poderá comprometer os resultados da pesquisa.
4. Criar condições, isto é, uma situação discreta para a entrevista, pois será mais fácil obter informações espontâneas e confidenciais de uma pessoa isolada do que de uma pessoa acompanhada ou em grupo.
5. Escolher o entrevistado de acordo com a sua familiaridade ou autoridade em relação ao assunto escolhido.
6. Fazer uma lista das questões, destacando as mais importantes.
7. Assegurar um número suficiente de entrevistados, o que dependerá da viabilidade da informação a ser obtida.

As entrevistas, por seu caráter diretivo, podem ser utilizadas com todos os segmentos da população com maior flexibilidade, pois o entrevistador poderá repetir ou esclarecer perguntas para garantir a compreensão do entrevistado. Permite ainda avaliar atitudes, condutas e o aspecto emocional, além de dados relevantes que não são encontrados em fontes documentais.

A entrevista semi-estruturada é a que se mostra mais adequada a esta pesquisa. Esta se orientou no roteiro procurando conhecer as representações dos participantes acerca de sua compreensão a respeito do Projeto Político Pedagógico e da Avaliação Institucional do curso de Fisioterapia da FADEP.

### **5.2.2 O questionário**

O questionário permite ao sujeito participante da pesquisa, ou seja, o entrevistado, uma reflexão mais demorada a cerca das respostas, podendo mudá-las após sua análise. É um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito, sem a presença do entrevistador. Marconi e Lakatos (1999 p.100). A elaboração de um questionário é complexa, necessitando a formulação e seleção das questões que apresentam relevância para a obtenção dos dados da investigação.

Na elaboração e aplicação do questionário, deve-se ter o cuidado para que este apresente três elementos importantes. São eles: Fidedignidade, sendo que qualquer pessoa que o aplicar poderá ter sempre os mesmos resultados; validade, na qual os dados recolhidos deverão ser necessários à pesquisa, e operatividade, que significa ter um vocabulário acessível e claro. Marconi e Lakatos (1999 p.100). Desta maneira, é importante a aplicação de um pré-teste antes da versão definitiva, para apurar possíveis falhas no questionário.

O questionário foi aplicado aos alunos do curso de Fisioterapia da FADEP e aos professores do referido curso.

## **6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS**

Neste capítulo são apresentados os dados obtidos na pesquisa de campo, os quais foram compilados e analisados à luz do referencial teórico do trabalho já apresentado. A análise dos trabalhos faz uma triangulação confrontando os dados obtidos nos documentos institucionais com a concepção manifesta pelos participantes da pesquisa (comunidade interna) e aos pressupostos da fundamentação teórica.

### **6.1 Caracterização do contexto investigado**

A pesquisa foi realizada na Faculdade de Pato Branco – FADEP, a qual é uma instituição mantida pela Associação Patobranquense de Ensino Superior, pessoa jurídica de direito privado registrada em 21/09/99. O primeiro processo seletivo ocorreu em julho de 2000, para o curso de Administração, com o início das aulas no final deste mês. (FADEP, PDI, 2000)

Atualmente esta instituição conta com os cursos de Administração Geral, Administração com habilitação em Comércio Exterior, Administração Rural, Administração com habilitação em Gestão da Informação, Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e em Publicidade e Propaganda, Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional e em Supervisão Escolar, Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição e Psicologia.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a missão da FADEP é formar e qualificar cidadãos produzindo conhecimentos, orientados para o desenvolvimento social, cultural, científico e tecnológico, mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão, inseridas no contexto regional e global a partir de uma

perspectiva latino-americana. Neste sentido a Instituição pretende ser reconhecida como um centro universitário, congregando áreas pluricurriculares de conhecimento, a partir da excelência do ensino oferecido, produtividade científica e a qualidade dos serviços prestados.

### **6.1.1 O curso de Fisioterapia da FADEP**

O curso de Fisioterapia da FADEP iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2002, abrindo 55 vagas. O curso é semestral, sendo que no segundo semestre desse ano foi aberto mais uma turma. A partir daí, o ingresso de alunos por meio do vestibular passou a ser anual. A justificativa para a implantação deste curso na FADEP está nos dados fornecidos pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª região – CREFITO 8, os quais apontaram para um número pequeno de profissionais da região, e a inexistência de cursos de formação na região. (FADEP, 2000, p.22).

O curso inicialmente era composto de dez semestres, ou seja, cinco anos. A partir de 2004 foi elaborada uma nova grade curricular, na qual o curso passou a ser de quatro anos. Com isto está sendo reformulado o projeto pedagógico para atender a esta nova proposta. No momento desta pesquisa, que se refere ao primeiro semestre de 2005, o curso conta com cinco turmas, sendo o primeiro, terceiro, quinto, sexto e sétimo períodos, 223 alunos, e 23 professores.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, o curso de fisioterapia desta Instituição atende as recomendações das diretrizes curriculares assegurando as bases nacionais configuradas nos campos de estudo dos conhecimentos “biológicos, humanos e sociais, biotecnológicos e fisioterapêuticos”. (PPP 2000, p.21). Este mesmo documento define como objetivos do curso:

1. Formar fisioterapeutas dotados de conhecimentos científicos, técnicos humanísticos capazes de exercer sua profissão nas várias áreas de atuação, com autonomia e competência, contribuindo como cidadãos e profissionais para o bem-estar da nossa sociedade.
2. Investir e estimular o pensamento reflexivo, incentivando a pesquisa, promovendo a divulgação do conhecimento e sua aplicação na extensão por meio de prestação de serviços à comunidade.
3. Formar profissionais aptos a atuarem em todos os níveis de atenção à saúde, com uma visão ampla e global, dotados de princípios éticos, capaz em sua intervenção de preservar, desenvolver, restaurar a integridade do órgão, sistemas e funções do corpo humano, uma vez que estas aptidões são essenciais a formulação de respostas profissionais às complexidades bio-psico-sociais.
4. Fortalecer no ensino de graduação uma perspectiva de iniciação científica de um processo de formação contínuo e permanente, subsidiando a formação do cidadão fisioterapeuta.
5. Formar fisioterapeutas qualificados para:
  - a. Identificarem-se com a política de saúde e as normas sanitárias gerais e da região onde exercerem a profissão.
  - b. Intervirem visando a prevenção de problemas fisioterápicos participando de programas integrados de saúde.
  - c. Assessorarem, planejarem, administrarem, dirigirem e orientarem serviços de fisioterapia em instituições públicas, privadas ou em domicílio.
  - d. Participarem das atividades de extensão universitárias na área da saúde e afins buscando uma interação e socialização dos conhecimentos fisioterápicos.

Dessa forma percebe-se a consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, objetivando a formação do profissional dotado valores morais e éticos que, associado a um amplo conhecimento profissional possa intervir em todos os níveis de atuação dentro da profissão de fisioterapeuta. O Projeto Político Pedagógico do curso de Fisioterapia pretende garantir uma formação científica-técnica, humanística e social, oportunizando ao aluno conhecimentos na área biológica, formação geral e humanística, para as quais:

Pretendem abordar conteúdos para desenvolver, no futuro profissional, uma compreensão mais abrangente do homem, fornecendo além do conhecimento técnico, habilidades no interrelacionamento pessoal e profissional, dedicação, persistência, auto-controle, espírito crítico, iniciativa e ética, que serão valores constantemente buscados no desenvolvimento do curso. (FADEP 2000, p.51).

Assim, o fisioterapeuta formado pela FADEP terá como perfil um profissional liberal de nível superior, integrado a uma equipe de saúde, que utilizando a tecnologia disponível através de recursos físicos e manuais, esteja capacitado intervir também nas

áreas da saúde coletiva, administrativa e de pesquisa científica, promovendo a saúde, numa visão global do homem. (FADEP-PPP 2000).

O perfil do Fisioterapeuta formado pela Faculdade Educacional do Sudoeste do Paraná é o de um profissional liberal de nível superior, membro da equipe de saúde, capacitado a desempenhar suas atividades profissionais também nas áreas de saúde coletiva, administrativa e de pesquisa científica. Na sua prática, contará com tecnologia na aplicação dos recursos físicos e manuais para a promoção da saúde com uma visão global do homem. (FADEP, 2000 P.51).

Esse documento determina ainda, que o profissional fisioterapeuta, no exercício de sua profissão, possa oferecer um tratamento completo ao seu paciente, desde sua avaliação até a alta do serviço de fisioterapia. Isso pressupõe uma autonomia profissional, que impõe responsabilidade e garante o livre exercício da profissão, uma vez que este deverá estar capacitado para tal. Como resultado do desenvolvimento da proposta pedagógica, o egresso do curso deverá ter competência profissional para:

- Manter-se atualizado frente às mudanças tecnológicas e inovações científicas;
- Observar e interpretar dados para a construção e identificação de um diagnóstico dos distúrbios da cinesia funcional;
- Solicitar, executar e interpretar metodologicamente os devidos exames complementares no diagnóstico e controle evolutivo clínico da demanda cinético-funcional;
- Elaborar uma programação dinâmica dos objetivos fisioterapêuticos;
- Preocupar-se com a transformação da realidade sócio-epidemiológica do país e particularmente da região em que atua;
- Comprometer-se com os pressupostos do Sistema Único de Saúde;
- Responsabilizar-se pelo exercício éticos de suas atividades profissionais e de cidadania;
- Planejar, supervisionar e orientar intervenções fisioterapêuticas preventivas e de reabilitação;
- Prestar consultorias, emitir laudos, pareceres e atestados, administrar serviços públicos ou privados na área de saúde;
- Participar de projetos e cronogramas oficiais de saúde voltados à educação e à prevenção;
- Contribuir para a melhoria dos níveis de saúde da população a partir de sua contribuição científico-técnica;
- Desenvolver e executar projetos de pesquisa científica em saúde;
- Atuar multiprofissionalmente ou interprofissionalmente na promoção de saúde baseado na convicção científica, de cidadania e ética;
- Intervir com capacidade crítica, criativa, reflexiva e analítica das questões relativas à sua profissão e ao contexto sócio-econômico regional.

Estas competências permitem a construção do perfil do egresso formado pela FADEP.

Diante deste perfil e competências, esta pesquisa buscou analisar a consonância das ações e do conhecimento do perfil do egresso e do Projeto Político Pedagógico do curso de fisioterapia da FADEP por parte dos professores, alunos e gestão.

### **6.1.2 A trajetória da Avaliação Institucional da FADEP**

Em decorrência da Faculdade de Pato Branco – FADEP ser uma instituição recente, credenciada no ano de 2000, a avaliação institucional vem sendo implantada progressivamente e desta forma vem abrangendo um número crescente de processos avaliados. (FADEP, 2005)

De acordo com o projeto de avaliação institucional, o primeiro marco do processo avaliativo da FADEP foi o projeto de avaliação curricular, que vem sendo realizado desde 2000. A avaliação curricular possibilita um diagnóstico do desempenho dos discentes quanto ao limite de aprendizagens nas diferentes disciplinas, para um reencaminhamento no processo de ensino e aprendizagem.

Ainda no ano de 2000, foi implantada a avaliação do trabalho docente pelo discente. Os instrumentos utilizados nesta avaliação foram sofrendo modificações, inclusive no que se refere à nomenclatura que os identificou. No início esta era chamada de avaliação docente, passando a se chamar avaliação da disciplina pelo discente. No segundo semestre de 2003 foi implantada a auto-avaliação docente. A avaliação docente demonstrou a necessidade de avaliar os demais setores e funções da instituição.

Partindo daí, no ano de 2003 foi institucionalizado o Grupo de Planejamento Institucional, encarregado de discutir os processos de avaliação Institucional, do qual

fazem parte gestores, professores e alunos. Em 2004, através da portaria 005/2004, foi institucionalizada a Comissão Própria de Avaliação – CPA, que “terá a incumbência de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP”. (BERTELLI 2004, p.135.)

Estas duas comissões elaboraram o Projeto de Avaliação Institucional da Faculdade de Pato Branco - FADEP. A implantação da Avaliação Institucional na IES

Decorreu dos próprios objetivos formadores, legitimamente expressos nos dispositivos regimentais, que evidenciam referências, a fim de que a avaliação se constitua em caminho processual para a tomada de decisões em nível institucional. Além desta intencionalidade legitimada pelos dispositivos regimentais, compreende-se que as políticas públicas, desde meados da década de noventa, vem implantando normas e critérios de acompanhamento para a educação superior. (FADEP, 2005, p.4)

Desta forma esta instituição de ensino expressa sua intenção de implantar a avaliação institucional, objetivando o contínuo aperfeiçoamento dos seus processos educativos, acompanhando as políticas públicas da educação superior. O projeto de avaliação institucional refere que “em decorrência de nossa história institucional ser recente, necessitamos primeiramente refletir sobre a própria identidade institucional da FADEP, quem somos e o que pretendemos ser”.

Desde o primeiro semestre de 2002 a FADEP vem acumulando informações sobre o perfil do vestibulando e do calouro efetivamente matriculados. Estes dados possibilitam traçar o perfil do aluno. Os processos avaliativos realizados na FADEP,

Encaminham desdobramentos que abrangem dois movimentos centrais. Por um lado, a elaboração de um amplo relatório que agregue, de forma contextualizada, os processos avaliativos realizados desde o 2º semestre de 2000, o perfil dos alunos matriculados no 1º período de cada curso, a partir de informações coletadas desde o 1º semestre de 2002, ampliando para outras dimensões como é o caso da pesquisa com os egressos. Por outro lado, a partir deste amplo relatório, pretende-se reelaborar o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. (FADEP, 2005, p. 6)

Em 2004 a avaliação institucional foi ampliada, sendo avaliada a instituição como um todo. De acordo com a análise documental realizada, observa-se a



intenção proativa da avaliação, uma vez que esta instituição procura, através da avaliação institucional, dispor de dados que sirvam como indicativos do desempenho do aluno, das necessidades deste no seu processo formativo, das sugestões que possam advir da avaliação e outros indicativos que possibilitem um crescimento e uma melhora dos processos educativos da FADEP.

## 6.2 Caracterização dos participantes da pesquisa

Os gestores Institucionais aqui entrevistados foram em número de três: O Diretor Geral da Instituição, a Coordenadora Pedagógica e o Coordenador do Curso de Fisioterapia da FADEP. Todos são mestres, e um está fazendo doutorado.

Os professores do Curso que foram investigados perfazem um total de sete, com formação em fisioterapia, dos quais quatro são mestres e três especialistas. Dois dos quais estão na Instituição há menos de um ano, e, portanto não estiveram presentes em nenhuma avaliação institucional.

Na constituição da amostra dos alunos objetivava-se entrevistar 20%, e dessa forma, os números foram arredondados para cima.

Quadro 01 - Amostra dos alunos investigados por período

Períodos do curso	Total de alunos	Amostra	percentual
1 período	36	8 alunos	22,22%
3 período	48	10 alunos	20,83%
5 período	47	10 alunos	21,27%
6 período	50	10 alunos	20%
7 período	42	9 alunos	21,4%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pela secretaria da FADEP

Quadro 02 - Perfil dos alunos investigados

Períodos do curso	Sexo		Idade média
	M	F	
1 período	-	8	18 anos
3 período	1	9	19 anos
5 período	2	8	20 anos
6 período	3	7	21 anos
7 período	-	9	21 anos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos na pesquisa de campo

### 6.3 Dados obtidos mediante entrevista com os Gestores Institucionais

Quanto à participação e conhecimento do Projeto Pedagógico, todos os gestores, compreendidos aqui como a Direção geral, Direção Pedagógica e Coordenador do Curso de Fisioterapia, afirmam conhece-lo e explicam que a relação entre o Projeto Pedagógico do curso e o Plano de Desenvolvimento Institucional se dá na articulação dos objetivos institucionais com os objetivos educacionais do curso de fisioterapia, servindo o PDI de base para a construção do projeto Pedagógico do curso. No decorrer do curso foi observada a necessidade de mudanças e de implantação de uma nova grade curricular, levando a construção de um novo PPC.

Quanto à relação entre PDI e PPP, os gestores se posicionaram da seguinte forma:

- A relação se configura no âmbito de articulação dos objetivos institucionais da FADEP com os objetivos educacionais do PPP de Fisioterapia. (Gestor A)
- O PDI serve de base para que possa através dele, ou seja, através da missão, do perfil dos egressos e até da própria localização espacial e da própria estrutura político-pedagógica da instituição, possa desenvolver-se então o seu desmembrar, através, claro da particularidade de cada curso. (Gestor B)
- Os projetos pedagógicos que congregam os cursos na instituição estão integrados de forma geral no PDI, sendo que, devido a elaboração de alguns projetos terem sido elaborados a partir de uma consultoria e, anterior a construção do PDI, houve a necessidade de adaptação dos mesmos. (Gestor C)

Mediante esses posicionamentos, conclui-se que o Plano de Desenvolvimento Institucional serve de base e orienta a construção do projeto de curso na FADEP, em que cada curso irá direcioná-lo de acordo com os seus objetivos educacionais.

No que se refere ao processo de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de fisioterapia e a quem participou, os gestores se posicionaram da seguinte forma:

- O projeto foi construído a partir de uma assessoria e reformulado com o trabalho da coordenação do curso e a direção pedagógica. A comissão avaliadora também sugeriu alterações que foram feitas em conjunto com a coordenação do curso e direção pedagógica. (Obs: estou falando do PPP no momento da autorização do curso). Participaram de forma intensa a coordenação de curso, direção pedagógica, corpo docente em momentos

específicos, reuniões. Particpei como sistematizadora do PPP em conjunto com a coordenação do curso. (Gestor A)

- Hoje nós trabalhamos com dois PPP, um que é o projeto político de trabalho com a matriz de cinco anos e o PPP que é desenvolvido em quatro anos através de sua matriz. O processo de elaboração participei apenas do projeto de quatro anos. Na matriz de quatro anos que é a que vou me referir, houve a participação não só da coordenação mas também no processo principalmente no que diz respeito ao perfil do egresso e no que diz respeito também às ementas de todo o corpo docente envolvido. (Gestor B)
- O projeto foi elaborado a partir da contratação de uma profissional fisioterapeuta com experiência na docência, a qual trabalhou de forma coletiva com a direção pedagógica e com os professores que estariam atuando no curso, no primeiro ano. A professora/coordenadora do curso foi contratada para tal função, a direção geral (quando solicitada para discutir as questões administrativas) e os professores que atuariam no primeiro ano. (Gestor C)

O primeiro projeto pedagógico, de acordo com essas informações, foi elaborado por uma assessoria em conjunto com a coordenação do curso, direção pedagógica e professores. No momento da autorização do curso, a comissão avaliadora sugeriu mudanças, as quais foram realizadas. Hoje existem no curso de fisioterapia dois projetos pedagógicos, devido a matriz antiga, de cinco anos e a nova matriz de quatro anos.

Na questão que abordou quais foram as estratégias utilizadas na elaboração, houve as seguintes respostas:

- As estratégias utilizadas para a elaboração partiram da estruturação de um projeto feito por uma assessoria contratada pela mantenedora, a coordenação do curso e direção pedagógica reformularam tendo por base as orientações da comissão de especialistas (CEEFisio 1999). (Gestor A)
- A estratégia utilizada para sua elaboração foi voltada a uma discussão dentro do próprio colegiado. Inicialmente eram realizadas reuniões com o comitê do corpo docente do curso de fisioterapia e com a direção pedagógica da instituição e a partir das resoluções dessas comissões era levado para reunião de colegiado onde a partir das discussões utilizava-se das estratégias para a sua constituição. (Gestor B)
- A professora/coordenadora apresentou uma pré-proposta do projeto, trabalhando inicialmente de forma mais isolada, tendo o auxílio da direção pedagógica. Posteriormente foram realizadas diversas reuniões com o grupo de trabalho mencionado anteriormente, para se montar a proposta da matriz curricular, do ementário, do perfil do egresso, dos dados regionais e institucionais. Enquanto Diretor geral procuramos dar o suporte administrativo, discutindo as questões pertinentes a esta área e articulando as discussões referentes a viabilidade financeira e de demanda para o curso.(Gestor C)

Segundo Neves (1995, p.110), as etapas de construção de um Projeto político pedagógico devem obedecer à seguinte ordem: análise da situação, definição dos objetivos, escolha das estratégias, estabelecimento do cronograma e definição dos espaços necessários, coordenação entre os diferentes profissionais e setores envolvidos, implementação, acompanhamento e avaliação.

No primeiro projeto pedagógico as estratégias partiram de um projeto feito por uma assessoria contratada. No segundo projeto, que ainda está sendo formulado, a estratégia usada para sua elaboração partiu de discussões do colegiado do curso.

Voltando ao texto, percebemos que um projeto pedagógico se constrói a partir da comunidade interna da IES, pois como explica Bussman na p.39 “é inadmissível encomendar um projeto a terceiros”. Porém, quando foi elaborado o primeiro projeto do curso de Fisioterapia, o qual era necessário para a aprovação do curso ainda não haviam professores que pudessem participar de sua elaboração.

Esse projeto data de 2000, ano em que iniciou o curso, e nenhum dos professores entrevistados já fazia parte da instituição nesta época. Dois dos gestores participaram da elaboração do primeiro Projeto pedagógico: a direção pedagógica dando o suporte pedagógico e a direção geral dando apoio administrativo.

Os gestores foram interrogados sobre como o PPP é utilizado nas diferentes situações por professores, alunos, gestores, funcionários. As respostas foram as seguintes:

- Professores: em reuniões pedagógicas; alunos: em encontros específicos feitos pela coordenação do curso; gestores em reuniões pedagógicas; funcionários: não tenho conhecimento. (Gestor A)
- O PPP é utilizado por diferentes situações, claro, diferentes de acordo com o seu perfil. De acordo com o que se deseja tanto nos professores, na sua elaboração de plano de ensino, preparação de aulas embasados pelo PPP em relação aos alunos, com participação ativa através de seus projetos através do conhecimento do mesmo, dos gestores e funcionários trabalhando em prol para aquele PPP em consonância ao PDI possa ser estruturado. (Gestor B)

- O projeto pedagógico é o documento de apoio à comunidade acadêmica diretamente ligada ao curso de fisioterapia. Os professores (colegiado) o tem como base para a elaboração dos seus planos de ensino, os gestores acompanham a execução do projeto como forma de diagnóstico sobre o que ocorre no curso, os funcionários e alunos ainda não tem a percepção de que devem ter o conhecimento do PPP.(Gestor C)

Os gestores consideram que o PPC é utilizado por professores, e gestores em reuniões pedagógicas, como apoio à comunidade acadêmica do curso de fisioterapia e como base na elaboração de planos de ensino. Esses acompanham a execução do projeto como forma de diagnóstico sobre o que ocorre no curso. Os funcionários e alunos, segundo eles, não tem ainda a percepção da necessidade de conhecimento do PPC.

Nesta próxima questão os gestores foram solicitados a sugerir mecanismos ou ações que possam aperfeiçoar a utilização do projeto pelos diferentes envolvidos.

- A partir de reuniões conjuntas com pauta específica. (Gestor A)
- O aperfeiçoamento do PPP se volta principalmente a sua constante discussão porque, a meu ver o mesmo não pode ser visto de maneira imutável, mas como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento do curso.(Gestor B)
- Cada vez mais percebe-se a necessidade de tornar público o PPP a toda a comunidade acadêmica do curso. O PPP somente será bem utilizado a partir do momento em que todos os envolvidos tomarem conhecimento do seu teor e neste sentido o colegiado do curso tem um papel fundamental. (Gestor C)

Como sugestão de aperfeiçoamento da utilização do PPC pelos diferentes envolvidos, os gestores acreditam que é necessário o conhecimento do teor do mesmo, tornando-o público, e discutindo-o constantemente. Os gestores afirmam que o projeto orienta objetivamente o processo de formação dos alunos do curso de fisioterapia, porém, ainda há falta de conhecimento do projeto por algumas pessoas envolvidas no processo de formação.

Conforme já enfatizado ao longo da reflexão teórica desse trabalho de investigação uma gestão democrática e participativa permite um envolvimento e comprometimento da comunidade acadêmica, onde há lugar para que os problemas

sejam democraticamente discutidos e as decisões partam de todo o grupo de trabalho. A ausência da participação contraria alguns dos princípios da Avaliação Institucional e do Projeto Político Pedagógico, uma vez que este pressupõe a participação efetiva de todos os envolvidos no processo educacional.

Quanto à questão se o projeto orienta objetivamente o processo de formação dos alunos do curso de Fisioterapia, e se os projetos do conjunto das disciplinas (dos professores) ofertadas no curso de Fisioterapia contemplam a formação proposta no perfil do egresso e nas competências e habilidades do profissional a ser formado pela FADEP, os gestores A e B afirmam que sim. O Gestor C diz que “ele (o PPP) tem a intenção de orientar essa formação, porém o limite que se encontra neste processo é a falta de conhecimento do projeto”. Este gestor diz ainda que “o que temos percebido nas discussões com a coordenação e os professores que atuam no curso, é que as disciplinas contemplam a formação proposta no perfil, embora o PPP já tenha passado por algumas reformulações”.

As dificuldades encontradas na elaboração/reformulação de um Projeto Político Pedagógico, segundo os gestores são:

- As dificuldades na elaboração referem-se às dificuldades para operacionalizar um processo de discussão coletiva. (Gestor A)
- As dificuldades encontradas são no que diz respeito à própria reestruturação frente ao corpo docente e discente que nós temos grandes repercussões e algumas dificuldades para isso. Mas a partir do momento da reestruturação do mesmo e principalmente da incorporação do corpo docente e do corpo discente disso, essas dificuldades ao nosso ver, vão conseguindo ser ultrapassadas. (Gestor B)
- A adequação da matriz curricular com os perfis desejados pelo curso e o ajuste de horário por parte dos docentes para participarem do processo. (Gestor C)

Os gestores afirmam que é necessária uma avaliação e aperfeiçoamento constante do Projeto Pedagógico, porém as dificuldades encontradas na elaboração/reformulação de um PPC estão na dificuldade para operacionalizar uma discussão coletiva devido ao ajuste de horário por parte dos docentes para

participarem do processo e na adequação da matriz curricular com os perfis desejados pelo curso. Os gestores percebem a avaliação trazendo repercussões/resultados para o projeto pedagógico baseados no resultado do ENADE, e nas mudanças que estão sendo realizadas a partir dos diagnósticos obtidos (mudança da grade curricular de cinco para quatro anos).

As respostas dos gestores frente às questões: em quais circunstâncias se faz necessária avaliação do PPP? Em quais circunstâncias devem ser realizadas alterações no PPP, foram as seguintes:

- A avaliação do Projeto Político Pedagógico se faz necessária em todo o processo de formação, principalmente ao final de cada semestre letivo. As alterações deste deverá ser feita quando a formação projetada não estiver articulada com o contexto sócio-econômico e cultural dos egressos e da própria realidade. (Gestor A)
- A meu ver o PPP tem que ser reestruturado, discutido constantemente. O dia a dia já se faz necessário para que se possa perceber as necessidades que esse projeto político teve. Ela grita no momento em que se observa essas alterações. É importante ressaltar que o PPP tem que ser amplamente discutido e isso faz com que ele seja constantemente atualizado. Quando se relata a atualização dela, entrando em consonância com o desejo e as aspirações do corpo docente e discente. (Gestor B)
- A todo o momento ele é avaliado, pois a avaliação deve ser contínua. As alterações deverão ser feitas a qualquer momento. O PPP não pode ser “fechado”, “engessado”, deve ser flexível e propenso a alterações quando o colegiado ou a direção pedagógica e direção geral sentirem essa necessidade, isto sempre com ampla discussão com a comunidade acadêmica. (Gestor C)

A partir destas respostas, percebe-se a compreensão por parte dos gestores de que o projeto pedagógico é uma proposta em constante construção, devendo ser constantemente avaliado e reformulado a partir de uma compreensão mútua desta necessidade.

Quanto à questão se a avaliação Institucional realizada na FADEP avaliou o PPP do Curso de Fisioterapia, as respostas dos gestores foram as seguintes:

- Avaliou de forma indireta ao solicitar avaliação por parte dos professores, alunos e funcionários. (Gestor A)
- Não foi avaliado o projeto do curso de fisioterapia. A partir do momento em que isso não é feito, nós temos apenas como respaldo em relação ao mesmo a vivência e os destaques do corpo docente e as avaliações feitas pelo corpo discente. (Gestor B)

- A avaliação institucional contemplou todos os nossos cursos e neste contexto o curso de fisioterapia também foi avaliado em seus diversos aspectos, nas diversas categorias. (Gestor C)

Os posicionamentos dos gestores institucionais indicam uma aparente contradição que reflete a perspectiva mediante cada um analisa e compreende a avaliação institucional na sua relação com os projetos pedagógicos dos cursos ofertados na instituição.

Os gestores conhecem a avaliação institucional e apresentam divergências se esta avaliou ou não o Projeto Pedagógico do Curso de Fisioterapia. Consideram que a avaliação institucional tem trazido como repercussões para a instituição a possibilidade de reencaminhar metas e o próprio planejamento institucional. Afirmam ter sido positiva pela oportunidade de diagnosticar a necessidade de alteração de métodos utilizados por alguns professores em sala de aula, recebendo estes professores orientação pedagógica adequada em benefício da aprendizagem do aluno.

Ao serem questionados sobre quais repercussões/resultados que a avaliação tem trazido para a instituição e quais as repercussões/resultados que a avaliação tem trazido para o Projeto Político Pedagógico, houve as seguintes respostas:

- Para a Instituição seria de reencaminhar metas e o próprio planejamento institucional. Para o Projeto Político Pedagógico, não teria dados específicos. Mas o resultado do próprio ENADE (conceito 3) é o indicador que sugere que o PPP está sendo encaminhado de forma a qualificar a formação dos alunos. (Gestor A)
- Gestor B – Não respondeu
- Para a instituição foi positiva, pois diagnosticou-se a necessidade de se alterar os métodos utilizados por alguns professores em sala de aula, alguns aspectos administrativos do curso ligados a secretaria do mesmo. Os professores que estavam com dificuldades metodológicas e pedagógicas foram chamados pela coordenação do curso para discussão e redimensionamento das atividades, em benefício da aprendizagem do aluno. Para o PPP entendo que forma significativas, pois o fato de que a partir dos diagnósticos obtidos, ocorreram mudanças na matriz curricular do projeto original e a constatação da necessidade de reduzirmos o tempo de integralização do curso, diminuindo de 5 para 4 anos, tendo em vista as condições de outras instituições consideradas “concorrentes”. (Gestor C)



Os gestores foram interrogados sobre quais mudanças consideram necessárias no Projeto Político Pedagógico e por que as considera necessárias. As respostas foram:

- Mudanças não sugiro efetuar, contudo penso que objetivar os pressupostos delineados no PPP no âmbito do trabalho interdisciplinar deveriam de fato acontecer nas práticas do trabalho docente. (Gestor A)
- As mudanças necessárias no curso de fisioterapia são discussões que estão ocorrendo no país todo em relação às disciplinas e até mesmo as próprias diretrizes curriculares do curso de fisioterapia. Existe a possibilidade de algumas... E até na área de saúde que acabasse com toda aquela visão positivista onde nós tínhamos uma característica bem partida do conhecimento em que se tente fazer em que o ensino e aprendizagem sejam verificados de uma maneira mais estruturada e mais globalizada. Essa discussão está se fazendo bastante na área de saúde e também o curso de fisioterapia está passando por isso. Isso faz com que os nossos PPP precisem de uma certa atualização nesse aspecto. (Gestor B)
- Penso que as alterações que foram realizadas até então, estão dando conta da formação que se pretende dar aos nossos alunos, principalmente a carga horária das práticas e dos estágios. (Gestor C)

Nestas respostas, percebe-se a preocupação do gestor “A” de que o PPC seja efetivamente utilizado na prática docente, em vez de sofrer mudanças. O gestor “B” acredita que as mudanças se fazem necessárias para que o curso possa adotar uma forma de interdisciplinaridade. O gestor “C” não acredita que sejam necessárias outras mudanças.

Quanto à participação dos professores, alunos, gestores e funcionários nos processos de Avaliação Institucional, construção e aperfeiçoamento do PPC, os gestores responderam que:

- A participação é limitada, há limites no processo de sensibilização e motivação para tal participação. (Gestor A)
- O que pode se perceber ainda, é que falta pelo menos na nossa região e falo evidencialmente da nossa instituição ainda a cultura da avaliação, algo que o nosso corpo discente mesmo tem algumas dificuldades e receia e até rejeita quando se fala em avaliação institucional e avaliação do PPP e é o que tem que ser trabalhado mais intensamente na nossa instituição. Tentar fazer com que o corpo discente perceba e crie esta cultura de avaliação a qual vai ser fruto principalmente no que diz respeito a que o aluno perceba a importância fundamental da avaliação para que passos se possam promover aperfeiçoamento e principalmente a melhoria das condições de ensino sejam então utilizados. (Gestor B)
- Na avaliação institucional foi muito boa, pois tivemos uma resposta significativa, a partir do número de participações. Para a construção e aperfeiçoamento do PPP nós tivemos a participação inicial de 100% dos professores que atuaram no primeiro ano do curso e posteriormente foi

montada uma comissão de professores representantes do colegiado do curso que participaram das discussões para o aperfeiçoamento do PPP, com participação efetiva do coordenador do curso e da direção pedagógica, mas os alunos não participaram deste processo. (Gestor C)

Os gestores apontam para uma falta de compreensão e motivação da avaliação institucional, apesar de ter havido um bom número de participações por parte dos alunos. Quanto à construção e reformulação do PPP, houve uma presença efetiva de professores, coordenação e direção pedagógica, porém os alunos não participaram deste processo.

Os gestores acreditam que as informações produzidas pelo processo de avaliação Institucional possibilita a revisão de metas do planejamento institucional na gestão institucional, alterar métodos de ensino e promover mudanças em alguns aspectos administrativos relacionados ao curso.

Os gestores acreditam que a avaliação tem trazido contribuições para o projeto pedagógico. Dois dos gestores não especificaram e outro justificou que a partir dos diagnósticos obtidos, ocorreram mudanças na matriz curricular, havendo redução do tempo de integralização do curso. Esta resposta é abaixo contestada por um professor, que afirmou que tal mudança ocorreu somente por motivos econômicos e de concorrência.

#### **6.4 Dados obtidos mediante questionários aplicados à professores.**

Quanto ao conhecimento do PPC 100% dos professores afirmam conhecê-lo. No que se refere à participação nenhum destes professores participou da elaboração do primeiro projeto, e três estão participando do segundo.

Todos os professores afirmam que o **PPC** é utilizado em suas atividades docentes. Indicaram que este é utilizado da seguinte forma:

- Professor A - Procuo direcionar as aulas de forma que os alunos tenham que se envolver e conquistar autonomia no aprendizado; procuro frisar a importância dos aspectos sociais e humanos.
- Professor B – Procuo utilizar alguns pontos que norteiam o PPP em minhas atividades como: visão de formação de um profissional técnico, social, integral.
- Professor C – Constantes consultas.
- Professor D – Fazendo a programação do curso e suas atividades conforme o PPP
- Professor E – Através do meu processo pedagógico.
- Professor F – sim através do resgate histórico da fisioterapia, e o papel do profissional no contexto social.
- Professor G – Planejamento na docência. (construção do conhecimento mais adequado).

Os professores, como os gestores, afirmam conhecer o PPC, porém nenhum destes professores participou da elaboração do mesmo. Eles afirmam que este é utilizado em suas atividades docente como base para elaboração de seus planos de ensino, e para nortear a sua prática para atingir a formação ali pretendida.

Os professores afirmam que o perfil e as competências do profissional a ser formado têm relação com a missão institucional, porém ao indicá-los a maioria não sabe, ou indica parcialmente. Isto demonstra um desconhecimento do projeto pedagógico, com o professor demonstrando maior preocupação em repassar os conhecimentos e preparar o aluno para a atividade profissional do que em seguir o projeto pedagógico e a missão institucional.

A Missão Institucional da Faculdade de Pato Branco – FADEP, conforme consta no Plano de desenvolvimento Institucional – PDI (2002), é a de

formar e qualificar cidadãos produzindo conhecimentos, orientados para o desenvolvimento social, cultural, científico e tecnológico, mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão, inseridas no contexto regional e global a partir de uma perspectiva latino-americana. Neste sentido a Instituição pretende ser reconhecida como um centro universitário, congregando áreas pluricurriculares de conhecimento, a partir da excelência do ensino oferecido, produtividade científica e a qualidade dos serviços prestados. (FADEP, 2002)

Desta forma percebe-se que o perfil do aluno a ser formado corresponde à proposta da missão da instituição, a qual visa à preparação integral e não a

preparação técnica do aluno. Na missão observamos o ensejo da instituição de ser reconhecida a partir de seus serviços prestados e da boa formação acadêmica.

O perfil do aluno graduado pela FADEP está baseado numa proposta que contempla uma formação científico-técnica, humanística e social.

É o de um profissional liberal de nível superior, membro da equipe de saúde, capacitado a desempenhar suas atividades profissionais, também nas áreas de saúde coletiva, administrativa e de pesquisa científica. Na sua prática contará com tecnologia na aplicação dos recursos físicos e manuais para a promoção da saúde numa visão global do homem. (FADEP, 2001, p.51)

Este perfil encontra-se em consonância com as Diretrizes Curriculares para o curso de Fisioterapia, que destaca o perfil do formando com “formação generalista, humanística, crítica e reflexiva, capacitado a atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor científico e intelectual” (FADEP, 2001, p.51).

Percebe-se atualmente a preocupação com a formação integral do aluno, em detrimento de uma simples preparação para atuar “tecnicamente” em sua profissão. O profissional contemporâneo e do futuro deverá saber pensar e inovar com espírito crítico que o permita romper com tecnologias já ultrapassadas para ir à busca do avanço profissional. Isto ocorre num momento onde a evolução mundial, que ocorre em ritmo cada vez mais acelerado o obriga a esforçar-se mais indo à busca do novo, da pesquisa. Ao solicitar a indicação do **perfil**, as respostas foram as seguintes:

- Professor A – Tanto o perfil profissional quanto a missão institucional objetivam formar profissionais que produzam conhecimentos, estejam voltados à pesquisa e extensão e tenham preocupações com os aspectos sócio-culturais do indivíduo (paciente).
- Professor B – Na medida em que visa um perfil profissional científico, técnico, conciliado a uma autonomia intelectual, social e humana do acadêmico, vem de encontro à missão.
- Professor C – Não indicou.
- Professor D – Formar um profissional voltado à humanização e ao contexto social e não somente um tecnicista.
- Professor E – Não indicou
- Professor F – Profissional enquanto agente de transformação social da saúde local e regional, bem como formação cidadã.
- Professor G – Cidadãos críticos e reflexivos para um desenvolvimento social, cultural, científico, mediante atividade.

Os professores afirmam que o seu projeto de ensino contempla a formação proposta no perfil do egresso e nas competências e habilidades do profissional a ser formado pela FADEP, uma vez que apresentam base técnica, social, crítica e científica. Colocam como limite a pouca produção científica, devido à dificuldade em direcionar o aluno para este campo. Percebe-se uma preocupação em dar subsídios para que o futuro profissional tenha uma visão ampla, atendendo em todos os níveis de atenção à saúde.

Quando interrogados se o seu **projeto de ensino** contempla a formação proposta no perfil do egresso e nas competências e habilidades do profissional a ser formado pela FADEP, cinco professores responderam que sim, um professor respondeu que não e um respondeu que contempla parcialmente:

- Professor A – As aulas práticas conferem desembaraço e maior autonomia; os objetivos são voltados para a formação do futuro profissional, mas nem sempre consigo sucesso em direcioná-los à pesquisa e ao trabalho em equipe. Mas procuro focar o atendimento em saúde pública.
- Professor B – Acho que em minha realidade de ensino ainda não contemplo tudo da proposta, pois sinto dificuldade no aspecto de produção científica e de conhecimentos não técnicos.
- Professor C – Elaboro meu projeto de ensino após meticulosa leitura do PPP.
- Professor D – Porque tento colocar a disciplina voltada ao perfil que a instituição propõe: um profissional voltado ao social.
- Professor E – Formar um profissional liberal, membro da equipe de saúde com o objetivo de promoção da saúde individual e coletiva.
- Professor F – sim, trabalho com disciplinas voltadas à formação coletiva da saúde, saúde preventiva, visão crítica e de transformação. Também disciplinas específicas (técnicas)
- Professor G – sim, contempla na proposta, técnica e científica.

Nas três questões acima, percebe-se a compreensão de que a prática pedagógica deverá estar pautada no projeto político pedagógico. Embora todos os professores tenham afirmado utilizar o PPC nas suas práticas docentes não souberam indicar objetivamente como o fazem. Esse aspecto pode estar indicando a necessidade de um maior aprofundamento do conhecimento acerca do PPC.

Quanto à questão que indaga sobre se há necessidade de mudança no PPC do curso de fisioterapia, cinco professores responderam que são necessárias mudanças, e dois responderam que não percebem a necessidade de mudanças.

- Professor A – Estamos passando por alterações que ao meu ver não são boas. Acho que direcionar os professores e as disciplinas para futuramente trabalharmos com currículo integrado seria bom, mas não sem preparo docente prévio.
- Professor B – Acho necessária mais clareza em relação à maior ou menor contemplação dos diversos aspectos propostos.
- Professor C - O projeto foi recentemente readequado.
- Professor D – Alguma adequação de disciplinas em momentos diferentes, como por exemplo, a eletroterapia é dada muito precoce (2º período).
- Professor E – não justificou
- Professor F – Principalmente com relação à grade curricular.
- Professor G – Já está ocorrendo para a atualização do PPP.

Em sua grande maioria os professores consideram necessária uma mudança no PPC. A justificativa para tanto, não foi segura por parte da maioria dos professores. Ficou demonstrada a preocupação de um melhor preparo docente para que, depois disto sejam elaboradas as mudanças. Compreendo que o fisioterapeuta que hoje é docente da Instituição, tem como base a sua formação técnica. Há uma preocupação em conhecer e acompanhar os processos educativos, para que este professor possa levar o aluno a aprender a aprender e não somente repassar seus conhecimentos práticos ou técnicos.

Na questão sobre o conhecimento dos professores sobre os objetivos da Avaliação Institucional realizada na FADEP, quatro professores responderam que conhecem dois que desconhecem e um professor não respondeu. Ao indicá-los, houve as seguintes respostas:

- Professor A – Refletir e promover mudanças para melhorar
- Professor B – Não indicou/ não respondeu
- Professor C – Não conhece
- Professor D – Melhora da qualidade de ensino.
- Professor E – Não indicou
- Professor F – Perspectiva de crescimento, crítico voltado para a avaliação institucional.
- Professor G – Melhora de qualidade de ensino

Dos sete professores entrevistados, somente quatro afirmam conhecer os objetivos da avaliação institucional. Entre os que indicaram, obtivemos as seguintes respostas: refletir e promover mudanças para melhorar, melhora na qualidade de ensino e perspectiva de crescimento crítico voltado para a avaliação institucional (?). Um professor demonstrou preocupação com a que a avaliação com resultados positivos possa causar acomodação por parte dos gestores. As outras respostas referem que esta vem trazer idéias e sugestões para solucionar as falhas que existem, trazendo mudanças. Percebe-se desta forma o desconhecimento dos objetivos da avaliação institucional, que é apontado mais adiante, nas conclusões finais.

No que diz respeito às repercussões e resultados para o PPC, somente quatro professores responderam. As respostas foram as seguintes: Nenhuma, uma vez que as mudanças no PPP foram motivadas por motivos financeiros e de concorrência, sem intenção pedagógica. Este professor refere-se ao fato da reestruturação do PPC em função da mudança da grade curricular de cinco para quatro anos em função de uma instituição concorrente. Outras respostas são: repensar na proposta de ensino, amadurecimento da proposta do PPC, bem como um engajamento entre o corpo discente e docente, porém com algumas dificuldades junto à administração, e a atualização de uma construção de conhecimento e adequação da grade curricular.

Nesta questão, pode-se concluir que há uma falta de compreensão por parte dos professores dos objetivos da avaliação institucional.

## **6.5 Dados obtidos mediante questionários aplicados à alunos.**

Os questionários foram aplicados à alunos do primeiro ao sétimo período perfazendo um total de 47 alunos investigados. Os dados obtidos nas respostas das

questões um e dois indicam que 59,57% dos alunos afirmam conhecer o PPC do curso que realizam e 40,42% afirmam desconhecê-lo.

Quanto à percepção de utilização do PPC no processo pedagógico do curso 65,95% indicam que é utilizado e 17,02% afirmam que não é utilizado, sendo que 17,02% não responderam. Ao indicar a forma de utilização do obteve-se as seguintes respostas:

- Melhorando e aprimorando conhecimentos.
- Garantindo nossa formação.
- Seguindo as ementas do projeto político pedagógico.
- Dando diretrizes aos professores e alunos.
- Nos posicionando dentro do contexto.
- Aplicando, ensinando aos acadêmicos as bases da profissão.
- Seguindo as metas e objetivos propostos nas disciplinas.
- Na condução do curso.
- Aplicado em sala de aula, nas palestras e outros.

Um número considerável de alunos (59,58%) afirmam conhecer o PPC, porém um número expressivo (40,42%) afirma desconhecê-lo. Esses acreditam que o PPC seja utilizado em seu processo de formação, porém ao indicar de que forma isto acontece, poucas foram as respostas coerentes, dentre as quais, alguns alunos acreditam que este sirva de base para a elaboração das disciplinas. Desta forma, concluo que eles entendam o PPC como um mero instrumento burocrático, sem no entanto, compreender o seu teor.

Quanto ao perfil e as competências indicados no projeto pedagógico, 87,23% dos alunos afirmam conhecer o perfil e as competências do profissional a ser formado em seu curso. 8,51% não conhecem e 6,38 % não responderam. Apesar de a grande maioria afirmar que conhece, ao apontá-los percebe-se o desconhecimento dos mesmos. Um expressivo número de alunos têm noção, porém indicam uma preparação técnica e outros indicam de forma totalmente equivocada.

Dentro dos que indicaram, houve as seguintes respostas:



- Formar um profissional capaz de diagnosticar patologias, que tenha um pensamento e uma visão ampla de diversas disciplinas e acima de tudo, trabalhar de maneira interdisciplinar.
- Apto a atuar como fisioterapeuta em todos os campos de atuação desta profissão e em todos os níveis de atenção à saúde.
- Formar um profissional habilitado a exercer a sua profissão.
- Profissional com base científica para avaliar, planejar e aplicar o tratamento fisioterapêutico, assim como, atuar de forma preventiva.
- Conhecimento amplo, capaz de fazer pesquisas.
- Preparado para ser um profissional ético, competente para realizar de forma certa a profissão que escolheu.
- Formar profissionais aptos a atuarem em todos os níveis de atenção à saúde, com uma visão global, com princípios éticos, intervindo, preservando, desenvolvendo e restaurando a integridade do corpo humano.
- A formação é generalista e as matérias têm competências clínicas e aplicadas à fisioterapia, deixando à escolha do acadêmico a sua especialização profissional.
- A faculdade nos oferece com alta competência as matérias e fica a escolha do acadêmico a sua formação e especialização profissional.
- Ética, tratamento, integridade, interprofissionalismo.
- Com certeza tudo o que é aplicado em sala de aula não é o necessário para o profissional ser de alta qualidade ele deve se interessar e correr atrás do que e de que forma quer ser visto na sociedade.

Nessa questão observa-se que um número expressivo de alunos está voltado para uma compreensão de formação apenas no aspecto técnico da profissão, preocupado com a sua preparação para o exercício da profissão, com um domínio amplo de conhecimentos técnico-científicos. Algumas das respostas não têm relação com o perfil e as competências propostas no PPC.

Na questão onde é investigado se o conjunto das disciplinas ofertadas neste curso contempla a formação proposta no perfil do egresso e nas competências e habilidades do profissional a ser formado pela FADEP, 82,97 % responderam que sim, 10,63% responderam que não, e 4,25% não responderam. As indicações foram as seguintes:

- Quando fazemos cursos em outros locais percebemos a qualidade de ensino da FADEP.
- Ao compararmos as grades de matérias com outras faculdades, percebemos que são quase iguais.
- Faltam aulas práticas.
- Acredito que a FADEP pode formar excelentes profissionais.
- É obrigação da faculdade.
- Oferecem base científica e um conhecimento de base importante.
- São feitas aulas práticas, estágios, etc.
- Sim, porém todos os professores usam da mesma didática maçante, que não envolvem o aluno e muito menos ensinam.
- É a partir do PPP que será formado o caráter de cada profissional.

- As disciplinas permitem apenas uma base e é necessário complementar através de pesquisas e de prática.
- Através das matérias e dos trabalhos.
- No projeto de curso possivelmente já foram alavancadas estas situações.
- Pois todas as disciplinas nos mostram a realidade nos gerando competência ao mercado de trabalho.
- Pois a formação é generalista e por isso englobam as matérias.

Os alunos acreditam que o conjunto de disciplinas ofertadas contempla a proposta do perfil do aluno formado pela FADEP. Tal afirmação baseia-se na comparação com propostas curriculares de outras instituições, na obrigação da faculdade (mediante cobrança de órgãos superiores), na vivência em aulas práticas e outras respostas incoerentes. Na resposta dos alunos percebe-se muito mais a crítica pela crítica do que uma percepção real da pergunta.

Observa-se que o parâmetro adotado para qualificar a instituição ou se a oferta das disciplinas está adequada, é a comparação com outras instituições e não o perfil do egresso proposto no PPC. As respostas, na sua maioria, são incoerentes com a pergunta.

Nesta questão, 12,76% dos alunos respondeu que consideram necessária alguma mudança no PPP do curso de fisioterapia, 65,95% não acham que sejam necessárias mudanças e 21,27% não responderam. Os alunos justificaram da seguinte forma:

- Conhecer mais o perfil de cada aluno.
- Melhor elaboração.
- Gostaria que tivessem estágios não apenas no último ano, que pudéssemos ter contato com o paciente mais cedo.
- O que é necessário é uma mudança importante no método de avaliação.
- Para ser sanadas algumas falhas que ainda existem.
- A grade curricular, principalmente do meu período (5º período) é muito ruim.
- Mais ênfase nos estágios.

As respostas variaram, apontando algumas para a mudança na proposta curricular, com aumento do número de aulas práticas. Os alunos, quanto a questão se consideram necessária alguma mudança no PPC, somente 12,76% consideram necessária, justificando a necessidade de melhor elaboração, porém acredito ser

esta uma resposta que teve por objetivo somente a crítica, pois eles não sabem indicar o conteúdo do PPC. As outras respostas não são coerentes o bastante para serem consideradas.

Quanto aos objetivos da Avaliação Institucional realizada na FADEP, (72,34%) dos alunos o conhecem e (27,65%) desconhecem. As indicações foram as seguintes:

- Tem como objetivo avaliar se há a necessidade de alguma mudança, para melhorar a qualidade de ensino da mesma.
- Para detectar problemas e possíveis soluções para a instituição.
- Corrigir falhas.
- Observar a qualidade de ensino ofertado aos acadêmicos.
- Para promover e manter a qualidade científica.
- Avaliar se a instituição tem todos os recursos necessários para formar profissionais na área de saúde.
- Ver se a instituição está alcançando os seus objetivos e conhecer os seus pontos fracos.
- Melhorar as condições da FADEP de acordo com o ponto de vista do acadêmico e ter noção do andamento do curso.
- Saber o nível de aprendizado dos alunos e verificar onde há falhas para melhorá-la.
- Avaliar a estrutura física, corpo docente, biblioteca, funcionários, serviços prestados, alunos, direção e coordenação de cursos.
- Avaliar as principais dificuldades encontradas pelos acadêmicos e o grau de satisfação destes para com a instituição e possíveis sugestões para a resolução das dificuldades.
- Proporcionar à direção e coordenação da FADEP, conhecer sobre a idéia dos alunos com relação aos professores, estrutura física, etc.
- Avaliação dos professores e metodologias aplicadas.
- Avaliar o aproveitamento das matérias dadas pelos acadêmicos.
- Avalia a instituição como um todo, tendo como objetivo o aperfeiçoamento, mudanças, auxílio ao acadêmico em dificuldades encontradas na busca da satisfação do acadêmico com relação à faculdade e conseqüentemente levando a evolução da faculdade.

Um número expressivo de alunos afirma conhecer os objetivos da avaliação institucional realizada na FADEP. As respostas foram diversas, mas o aluno demonstrou compreensão de que a avaliação é realizada para conhecer e corrigir as falhas. Houve respostas coerentes com os princípios da avaliação institucional, porém grande parte dos alunos acredita que a avaliação é realizada para a verificação do seu grau de contentamento perante a instituição. Acreditam que esta avaliou o PP do curso de Fisioterapia. Isto mais uma vez demonstra que o aluno compreende o PPC e a

avaliação como um instrumento burocrático e fica seguro de que a Instituição cumpre porque faz parte de uma exigência dos órgãos superiores.

Neste próximo item foram investigados quais as repercussões/resultados que a avaliação tem trazido para a instituição. As respostas foram as seguintes:

- Permite que a instituição esteja sabendo das dificuldades bem como do andamento do curso.
- Conhecer a opinião do acadêmico sobre o que a instituição oferece desde professores, biblioteca, estrutura física entre outros.
- As avaliações trazem para a instituição um certo conhecimento da mesma, e os resultados são ótimos porque cada vez mais a instituição está buscando a melhor qualidade do ensino.
- Melhoras gerais dentro da instituição e resultados positivos através da opinião acadêmica.
- Troca de professores e reformulação de ementas/ Modificação de certos sistemas de aula e professores mais competentes.
- Quando existe discussão sempre se procura mudar o que deve ser aperfeiçoado.
- Tem deixado a desejar.
- Não tem trazido resultados.
- Poucos resultados.
- Algumas mudanças para o melhor andamento do curso/ Melhoras em todos os aspectos.
- Pontualidade dos professores.
- Mais livros na biblioteca, mudança de professores, cobrança nos serviços terceirizados.

Aqui se percebe a compreensão da avaliação institucional como diagnóstico para possíveis mudanças. Alguns alunos percebem a avaliação a partir de somente de um de seus objetos (avaliação curricular, do docente...). Colocam-se como centro do processo avaliativo, uma vez que encaram a avaliação para a satisfação de suas próprias necessidades.

Os alunos acreditam que as contribuições referem-se ao conhecimento por parte da instituição do andamento do curso e possibilidade de melhoras na instituição. Porém alguns alunos acreditam que é para conhecer o grau de satisfação dos mesmos, e promover mudanças a partir de suas reivindicações (troca de professores, modificação das aulas, etc).

Nesta questão percebe-se a compreensão da avaliação como um instrumento indicador de sucessos ou fracassos e uma menção na possibilidade de mudanças, mas não fica clara a ação pro ativa da avaliação institucional.

Esta próxima questão refere-se à avaliação do projeto pedagógico. 59,5% dos alunos acreditam que a avaliação Institucional realizada na FADEP avaliou o projeto pedagógico do Curso de Fisioterapia. 12,76% dos alunos acham que não avaliou e 27,6% não responderam.

Quanto às repercussões/resultados que a avaliação tem trazido para o Projeto Político Pedagógico, 65,95% dos alunos não sabem. Os demais alunos afirmaram que:

- As repercussões/resultados tem sido positivos, porque é através desta que tem se visto que o PPP está sendo eficaz e seguido por todos (alunos, professores).
- Na minha opinião são positivos, pois assim há uma interação entre acadêmicos e o PPP.
- Mudança no quadro de professores e planos de ensino.
- A busca da interdisciplinaridade e crescimento de diretrizes acadêmicas.
- Não acredito que houveram modificações.
- Mudanças e adaptações de acordo com as necessidades/ melhor qualidade de ensino.
- Melhora em todos os aspectos do curso e da faculdade.
- Foi melhorado a biblioteca, com aquisições de mais livros.
- Acho que é essencial para a aprovação do curso/auxílio na aprovação do curso.

Nessa questão 65,95% dos alunos não sabem responder. As respostas obtidas referem-se a mudanças no quadro de professores, melhor qualidade de ensino, melhora do acervo da biblioteca, e outras respostas incoerentes, já que a pergunta refere-se à relação da avaliação com o PPC.

Foram analisados 47 questionários de alunos, perfazendo um total de análise de 21,07% de todos os alunos regularmente matriculados no curso de fisioterapia, no primeiro semestre de 2005, dos quais 8 são do 1º período, que ainda não passou por um processo de avaliação institucional, desconhecendo tal prática na faculdade.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar, ao final desse estudo, que a educação superior vem passando por mudanças nos seus objetivos de melhorar a qualidade da formação do profissional cidadão, não só do ponto de vista técnico e científico, mas também moral, ético social e humano. Essas mudanças são necessárias para que a educação acompanhe as transformações, servindo de base pra o desenvolvimento técnico-científico, que cada vez vem ocorrendo em um ritmo mais acelerado.

Saviani (1994, p. 41) atribui à escola a formação do cidadão nos aspectos sociais, morais e culturais, além de prepará-lo profissionalmente, não se restringindo unicamente à transmissão de saberes e “encarnando os conteúdos culturais, pode traduzi-los nas disciplinas escolares, transformando-os em saber escolar, capaz de interferir na cultura da sociedade”.

Para atingir o objetivo da qualidade na educação, no entanto, é necessário que a formação esteja pautada em projetos pedagógicos construídos coletivamente, constantemente avaliados e reformulados. Projetos que possam garantir a preparação do profissional-cidadão, com espírito crítico e inovador, capaz de contribuir para a necessária transformação social.

A existência de um projeto pedagógico não encerra o processo, muito menos acarreta o resultado final. Ao contrário, sempre reinicia a discussão, no meio-termo entre envolvimento e criatividade crítica. Um projeto pedagógico não pode gerar um “saber oficial”, que se enrijece e, por isso, passa a exigir fidelidade, em vez de competência. (DEMO, 1993, p. 242):

O projeto político pedagógico é uma construção coletiva, necessitando constantemente de avaliação e reformulação, considerando a missão da instituição e seu interesse em melhorar e acompanhar os avanços e a qualidade necessária à boa formação do aluno.

Para acompanhar esta evolução, é necessária uma avaliação constante, com o objetivo de conhecer a realidade educacional para aprimorá-la e permitir um avanço dos processos educativos. A avaliação Institucional, que deverá sempre ser processual e respeitar o princípio da globalidade, em que todos os processos educacionais são considerados, permite uma constante verificação e/ou reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso, e isso contribui para que a comunidade acadêmica perceba a necessidade das mudanças e busque o seu aprimoramento, evitando-se assim a estagnação e a acomodação da Instituição de Ensino Superior.

A avaliação institucional no decorrer da história, vem se firmando, primeiramente como uma prática de livre adesão para a verificação, depois, como uma política de controle e atualmente numa proposta de atualização e busca de informações que possibilitem tomadas de decisão. Essa vem despertando o interesse da comunidade acadêmica pela possibilidade de “mostrar” a realidade da Instituição de ensino superior e “indicar” os caminhos a serem seguidos na melhora das condições gerais de ensino.

A FADEP, por ser uma instituição que iniciou suas atividades há pouco mais de cinco anos, vem procurando implementar as políticas da avaliação institucional, e demonstra a compreensão da função pro ativa dessa avaliação. Isto fica demonstrado na entrevista com os gestores, que afirmam que a Instituição a utiliza com finalidade de conhecer a realidade de como vem se processando as suas propostas educativas, indicando os ajustes necessários.

Nesse sentido se realizou o estudo com a finalidade de responder ao problema de pesquisa: A comunidade interna constituída por gestores, professores e

alunos percebe a avaliação institucional como estratégia na gestão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação?

Os dados desta pesquisa apontam para a preocupação da gestão para que os professores conheçam e utilizem o projeto pedagógico como base do planejamento e desenvolvimento de suas ações docentes, porém observa-se que, apesar destes (os professores) saberem da necessidade de tal ação, muitos deles desconhecem o projeto e não o utilizam em sua prática. Isto é confirmado ao pedir para o professor indicar o perfil do egresso. Percebe-se que os professores e os alunos vêem o projeto pedagógico como um instrumento burocrático, que no decorrer de sua prática é abandonado, e o ensino se dá nos moldes da formação acadêmica do professor.

A pouca compreensão por parte dos alunos e professores, deve-se justamente ao fato da preocupação em preparar o aluno para o “mercado de trabalho”, isto é, o professor e o aluno ainda estão voltados à uma preparação técnica. Essa formação vem da própria formação do professor, neste caso, um profissional fisioterapeuta, habilitado a exercer a sua profissão, porém que desconhece as questões pedagógicas que envolvem a formação do aluno. Este professor está preocupado em “preparar” o aluno para exercer a sua profissão do ponto de vista técnico e científico, desconhecendo a missão institucional e o perfil do aluno a ser formado.

Os resultados do processo de investigação permitem que se esbocem como questões propositivas:

1. A formação geral deve prescindir sobre a formação técnica, na qual o aluno fica somente limitado ao domínio técnico-profissional, não permitindo sua



participação mais abrangente em assuntos que fazem parte da sua sobrevivência e realidade social. Isto inclui também valores morais, éticos e de solidariedade.

2. Os professores e alunos devem utilizar o Projeto Pedagógico nas práticas educativas. Apresenta-se a necessidade de um maior envolvimento nas questões pedagógicas por parte de professores e alunos, uma vez que os primeiros estão, em grande parte, preocupados com a transmissão de conhecimentos e os segundos em aprender tecnicamente sua profissão. Essa ação coletiva deve ser articulada na busca da construção do perfil e do profissional proposto no projeto de curso e até mesmo no aperfeiçoamento desse perfil. Assim, os planos de ensino dos docentes devem ser planejados, discutidos e avaliados com vistas à fundamentação e desenvolvimento das bases das competências e dos planos de estudo. O artigo 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, diz que os professores deverão participar da proposta pedagógica, elaborando e cumprindo o plano de ensino segundo a proposta do estabelecimento.

Quanto ao objetivo geral da pesquisa que foi o de analisar as contribuições da Avaliação Institucional no aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, pode-se concluir que antes de tudo é necessária uma compreensão do que é um projeto pedagógico e dos objetivos da avaliação institucional, para que isto seja uma estratégia efetiva na melhora do Ensino Superior Brasileiro.

A pesquisa evidencia a necessidade de uma construção coletiva de um projeto pedagógico, justamente com o objetivo de um envolvimento e conhecimento dos pressupostos deste pelos professores, gestores e representantes discentes. Porém, os dados de investigação mostram um aluno centrado somente em seu aprendizado “preparatório”, e um professor preocupado em ensinar, muitas vezes pouco envolvido com todos os processos que envolvem o ensino.

Em síntese, o posicionamento dos gestores indica uma preocupação para que os professores e alunos conheçam e utilizem o projeto pedagógico e a avaliação institucional como base para aperfeiçoamento de seus processos educacionais. Estes acreditam que tal ação possa acontecer, uma vez que há uma gestão democrática, onde os assuntos inerentes ao processo educativo são discutidos em colegiados, realizados com a presença da gestão, professores e alunos. Os gestores acreditam que as informações produzidas pelo processo de avaliação Institucional possibilitam a revisão de metas do planejamento institucional na gestão institucional, alterar métodos de ensino e promover mudanças em alguns aspectos administrativos relacionados ao curso.

O posicionamento dos professores aponta para o desconhecimento e a não utilização do projeto pedagógico e da avaliação institucional, uma vez que ao indicá-los, dos sete professores entrevistados, somente quatro afirmam conhecer os objetivos da avaliação institucional. Estes afirmam que os objetivos são: refletir e promover mudanças para melhorar, melhora na qualidade de ensino e perspectiva de crescimento e possibilidade dessa em trazer idéias e sugestões para solucionar as falhas que existem, trazendo mudanças. Quanto ao projeto pedagógico, todos afirmam conhecer, porém não conseguem indicar o perfil do egresso.

Segundo os dados levantados, ainda há pouca compreensão por parte dos professores e alunos do curso de fisioterapia sobre os objetivos da avaliação institucional, representando em algumas vezes “ameaça” ao professor, que ainda a compreende somente como verificação, e eu “oportunidade de vingança” por parte do aluno. As informações da avaliação apontam mais para satisfações pessoais do que para uma busca da melhora institucional. As respostas dos alunos demonstram subjetividade, agindo este de acordo com suas preferências e emoções.

Os alunos entrevistados demonstram um profundo desconhecimento do projeto pedagógico, apesar de que um número expressivo afirme que o conhece. Os alunos dos períodos mais adiantados (8º e 9º) desconhecem o projeto político pedagógico do curso de fisioterapia da FADEP. Percebe-se a intencionalidade por parte dos alunos de uma “preparação” para exercer a sua profissão, desconhecendo todo o processo que a integra. A função da escola, citada anteriormente baseada em autores como Libâneo (1988) e Saviani (1994), fica aí restrita a uma preparação profissional, descartando a função social, ética e cidadã.

As inquietações que esta pesquisa suscita são:

- De que forma poderá haver conscientização dos alunos e professores da necessidade de conhecimento e aplicação dos pressupostos contidos no projeto pedagógico dos cursos do ensino superior?
- A compreensão de que a educação superior é mais do que uma mera transmissão de conhecimentos e preparação para o mercado de trabalho não está relacionada à falta de compreensão da missão institucional e do perfil do egresso, contidos nos projetos pedagógicos de curso?
- A avaliação Institucional é realmente compreendida por todos os gestores como uma prática em prol da ação, ou somente como verificação?
- O aluno realmente a compreende em sua função? Até que ponto as respostas não são dadas em função de interesses pessoais ou afinidades?

Estas questões remetem para a necessidade de novos estudos e fornecem subsídios para a avaliação institucional da IES, objeto de investigação.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, A. **Avaliação Institucional da Universidade**. São Paulo, Cortez, 1992. (Biblioteca da Educação – Série 1 – Escola – vol.16)

ARNOULD-TAYLOR, W.E. **Princípios e prática de Fisioterapia**. Porto Alegre, Artmed, 1999.

BLASI, J de. **Auto-Avaliação Institucional: O discurso dos futuros engenheiros industriais do CEFET – MG**. Avaliação/ Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES – v.8 n.1 mar (1996)

BRASIL. **Bases para uma nova proposta de Avaliação da Educação Superior**. Sistema Nacional da Avaliação Superior – SINAES. 2003.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Parecer n.º CNE/CES 4 de 19 de fevereiro de 2002. Diretrizes Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia**. Disponível em internet: <<http://www.mec.gov.br/cne/diretrizes.shtm#fisioterapia>> acesso em 21 mar.2004.

BRASIL - MEC. **Lei de Diretrizes e Bases 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>> acesso em 05 maio 2004.

BRASIL - MEC Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>> acesso em 09 maio 2005.

BRASIL - MEC Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO. Disponível em <http://www.coffito.org.br>. Acesso em 07 jul. 2005.

BRASIL - MEC CEEFISIO – SeSu/MEC. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Fisioterapia**. Internet, disponível em <http://www.mec.gov.br/SeSu>. Acesso em 05 maio 2004.

BERTELLI, E. M. **Avaliação Institucional: A trajetória da Faculdade de Pato Branco – FADEP**. 2004

BUARQUE, C. **A aventura da Universidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

**BUSSMANN, A. C.** O Projeto Político Pedagógico e a gestão da escola. In: **Projeto político-pedagógico: uma construção possível**. Ilma Passos Veiga (org). Campinas, SP: Papirus, 1995.

CHAUI, M. Universidade Operacional. in: **Folha de São Paulo**, 09 de maio de 1999. Caderno Mais. Acessível eletronicamente em: [http://www.enecos.org.br/docs/universidadeoperacional\\_mchauri.doc](http://www.enecos.org.br/docs/universidadeoperacional_mchauri.doc). Acesso em 20 nov.2005.

CERVO A.L., BERVIAN P. A. **Metodologia Científica**. 4ª ed. Makronbooks. São Paulo: 1996

COSTA, M.V. **Currículo e Política Cultural**. In: O currículo nos Limiares do Contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

DELIBERATO, P.C.P. **Fisioterapia Preventiva - Fundamentos e aplicações**. São Paulo: Manole, 2002.

**DEMO, P.** Desafios Modernos da Educação. 11º ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, J.. **Universidade e Avaliação**: Entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

DIAS SOBRINHO, J.. **Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO, J., RISTOFF, D.I. **Avaliação Democrática para uma universidade cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002.

**EYNG, A.M.** Projeto Político Pedagógico: Planejamento e Gestão da Escola. **Revista Educação em Movimento**. V.1, n.2. mai. /ago. Curitiba: Champagnat, 2002.

**EYNG, A.M.** Planejamento e Gestão Educacional numa Perspectiva Sistêmica. Curitiba: Champagnat, 2002.

EYNG, A. M. **Competências básicas na construção da identidade**: a autonomia da escola na gestão do projeto político pedagógico. Congresso Internacional Educação e Trabalho: Representações Sociais, Competências e Trajectórias Profissionais , Departamento de Ciências da Educação Universidade de Aveiro, Portugal , Maio, 2005

**ESCUDERO, J. M.** Avaliação do Projeto Educativo da Escola: o que e como avaliar? In: Alvarez, M. **O projeto Educativo da Escola**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FACULDADE DE PATO BRANCO – FADEP. **Plano Institucional de Desenvolvimento – PDI**. Pato Branco: 2002.

FACULDADE DE PATO BRANCO – FADEP **Projeto Pedagógico do Curso de Fisioterapia**. Pato Branco, 2000.

FACULDADE DE PATO BRANCO – FADEP **Projeto de Avaliação Institucional**. Pato Branco, 2005.

FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In FAZENDA, I. (org). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 7ed – São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, M. **Perspectivas Atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GISI M. L. Políticas Educacionais para a Educação Superior: Acesso, permanência e formação. **Revista Diálogo Educacional/** Pontifícia Universidade Católica do Paraná. V.4, n.11. Curitiba: Champagnat, 2000.

GOODE, W.J; HATT, P.K. **Método em pesquisa social.** Companhia Editora Nacional – São Paulo: 1960

GUIMARÃES, M.H.O. **Avaliação: impactos sobre o ensino superior.** Belo Horizonte: FUMEC-FACE, C/Arte, 2003.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** 2ª ed. Ed.Vozes. Petrópolis, RJ: 1987.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: As setas do caminho.** Porto Alegre: Mediação, 2001.

LIBÂNEO, J.C. **Adeus Professor, adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente.** São Paulo: Cortez, 1998.

LUDKE, M. ANDRÈ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M.A. LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, análise e interpretação de dados.** 4.ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

MACIEL, D.M. **Exame Nacional de Cursos – O Provão: Uma avaliação para melhorar ou excluir?** Avaliação – Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, v.8 nº 1, mar 2003.

MINTZBERG, H. **Safári de Estratégia: Um roteiro pela selva do planejamento estratégico.** Porto Alegre: Bookman, 2000.

MORAIS, R. **Filosofia da ciência e da tecnologia.** 5.ed. São Paulo: Papyrus, 1988.

MOREIRA, A.F.B. Currículo, Utopia e Pós-Modernidade. **In: Currículo: questões atuais.** 9º ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

NEVES, C. M. C. Autonomia da Escola Pública: um enfoque operacional. **In: Projeto político-pedagógico: uma construção possível.** Ilma Passos Veiga (org). Campinas, SP: Papyrus, 1995.

O’SULLIVAN, S.B., SCHIMITZ, T.I.S. **Fisioterapia: Avaliação e tratamento.** São Paulo: Manole, 1993.

PINA, F. H.; SANZ, M. P. G. **Evaluación del proyecto curricular.** M editorial La Muralla, S.A.

**REBELATTO, J.R & BOTOMÉ, S.P.** Fisioterapia no Brasil: fundamentos para uma atuação preventiva e perspectivas profissionais. **2 ed. São Paulo: Manole, 1999.**

RIBEIRO, C.M. **A avaliação Institucional da Universidade Federal de Goiás.** In SUANNO M.V.R. **Auto-Avaliação Institucional: Princípios e Metodologia do grupo Focal.** Internet, disponível em <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/avinst01.htm>. Acesso em 07 set. 2003.

RISTOFF, D.I. **Avaliação Institucional: Pensando Princípios.** In BALZAN, N. C.; DIAS SOBRINHO, J. (orgs.) **Avaliação Institucional teorias e experiências.** São Paulo: Cortez 1995.

**SANTOMÉ, J.T.** Globalização e Interdisciplinaridade: O currículo Integrado. **Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.**

SANTOS, B.S. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1997.

**SAVIANI, N.** Vicissitudes da Organização do Saber Escolar. In: **Currículo e Didática. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.**

UNESCO. **Tendências da Educação Superior para o século XXI.** Paris: UNESCO, 1998.

**VASCONCELOS, C. dos S.** Planejamento, plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo: elementos para elaboração e realização. **São Paulo: Libertad, 1995.**

**VEIGA, I. P. A.** Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. **Campinas, SP: Papirus, 1995.**

**VEIGA-NETO, A.** Currículo e Interdisciplinaridade. In: **Currículo: Questões atuais. 9º ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.**

VIANNA, H.M. **Avaliação Educacional e seus instrumentos: Novos Paradigmas.** In SOUSA, E.C.B.M. (org.). **Técnicas e Instrumentos de Avaliação.** 2 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999 (curso de especialização e educação continuada em avaliação institucional à distância, v.2).

VIANNA, H.M.. **Introdução à Avaliação Educacional.** São Paulo: IBRASA, 1989.

ZAINKO, M.A.S. **Planejamento, Universidade e Modernidade.** Curitiba: All-Graf Editora, 1998.

ZAINKO, M.A.S. **Palestra sobre Planejamento e Avaliação Institucional.** Pato Branco, FADEP, 2005.

## APÉNDICE





## Pontifícia Universidade Católica do Paraná

### Centro de Teologia e Ciências Humanas Programa de Mestrado em Educação

#### ENTREVISTA AOS GESTORES

##### Identificação

Cargo Ocupado: \_\_\_\_\_ tempo: \_\_\_\_\_ idade: \_\_\_\_\_

##### Formação

Instituição: \_\_\_\_\_ local: \_\_\_\_\_ ano da graduação: \_\_\_\_\_

Cursos de especialização: \_\_\_\_\_

Mestrado: \_\_\_\_\_ instituição: \_\_\_\_\_ local: \_\_\_\_\_

ano da titulação: \_\_\_\_\_ tema de pesquisa: \_\_\_\_\_

##### Questões:

1. Há quanto tempo exerce a docência na educação superior?
2. Você conhece o Plano de Desenvolvimento Institucional da FADEP?
3. Você conhece o Projeto Pedagógico do curso de Fisioterapia da FADEP?
4. Qual a relação PDI e PPP dos cursos?
5. Como foi o processo de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Fisioterapia? Quem participou? Quais foram as estratégias utilizadas na elaboração? Qual foi a sua participação?
6. Como o PPP é utilizado nas diferentes situações por professores, alunos, gestores, funcionários?
7. Como você sugere que se possa otimizar a utilização do projeto pelos diferentes envolvidos?
8. O projeto orienta objetivamente o processo de formação dos alunos do curso de Fisioterapia?
9. Os projetos do conjunto das disciplinas (dos professores) ofertadas no curso de Fisioterapia contemplam a formação proposta no perfil do egresso e nas competências e habilidades do profissional a ser formado pela FADEP?
10. Quais as dificuldades encontradas na elaboração/reformulação de um Projeto Político Pedagógico?
11. Em quais circunstâncias se faz necessária avaliação do PPP?
12. Em quais circunstâncias devem ser realizadas alterações no PPP?
13. A avaliação Institucional realizada na FADEP avaliou o PPP do Curso de Fisioterapia?
14. Quais as repercussões/resultados que a avaliação tem trazido para a instituição?
15. Quais as repercussões/resultados que a avaliação tem trazido para o Projeto Político Pedagógico? Exemplifique.
16. Quais mudanças você considera necessárias no Projeto Político Pedagógico? Por que?
17. Qual a participação dos alunos nestes processos de Avaliação Institucional e construção e aperfeiçoamento do PPP?



## Pontifícia Universidade Católica do Paraná

### Centro de Teologia e Ciências Humanas Programa de Mestrado em Educação

#### QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES

**Identificação:** Idade: \_\_\_\_ Tempo de docência na Ed. Superior: \_\_\_\_ Tempo na FADEP: \_\_\_\_  
**Formação:** Instituição: \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_ ano da graduação: \_\_\_\_  
 Cursos de especialização: \_\_\_\_\_ Mestrado: \_\_\_\_\_  
 instituição: \_\_\_\_\_ local: \_\_\_\_\_ ano da titulação: \_\_\_\_ tema de pesquisa: \_\_\_\_\_

#### Questões

1. Você conhece o Projeto Político Pedagógico - PPP do curso de fisioterapia da FADEP? ( ) SIM ( ) NÃO  
 2. Você participou da elaboração do PPP do curso de Fisioterapia? ( ) SIM ( ) NÃO  
 3. O PPP do curso é utilizado nas suas atividades docentes? ( ) SIM ( ) NÃO  
 De que forma?

---

4. O perfil e as competências do profissional a ser formado no curso de fisioterapia tem relação com a missão institucional? ( ) SIM ( ) NÃO  
 Pode indicá-lo? \_\_\_\_\_

---

5. Os seus projetos de ensino dos professores contemplam a formação proposta no perfil do egresso e nas competências e habilidades do profissional a ser formado pela FADEP? ( ) SIM ( ) NÃO  
 Justifique \_\_\_\_\_

---

6. Você considera necessária alguma mudança no PPP do curso de fisioterapia? ( ) SIM ( ) NÃO  
 Justifique \_\_\_\_\_

---

7. Você conhece o objetivo da Avaliação Institucional realizada na FADEP? ( ) SIM ( ) NÃO  
 Pode indicá-lo? \_\_\_\_\_

---

8. A avaliação Institucional realizada na FADEP avaliou o projeto pedagógico do Curso de Fisioterapia?  
 ( ) SIM ( ) NÃO  
 De que forma?

---

9. Quais as repercussões/resultados que a avaliação tem trazido para a instituição?  
 Explique

---

10. Quais as repercussões/resultados que a avaliação tem trazido para o Projeto Político Pedagógico?  
 Explique

---

11. Como você sugere que seja realizada a avaliação do Projeto Político Pedagógico?

---



---



## Pontifícia Universidade Católica do Paraná

### Centro de Teologia e Ciências Humanas Programa de Mestrado em Educação

### QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS

Identificação:

período: \_\_\_\_\_ idade: \_\_\_\_\_

#### Questões

1. Você conhece o Projeto Político Pedagógico - PPP do seu curso na FADEP? ( ) SIM ( ) NÃO

2. O PPP do curso é utilizado no seu processo de formação? ( ) SIM ( ) NÃO

De que forma?

---

3. Você conhece o perfil e as competências do profissional a ser formado em seu curso? ( ) SIM ( ) NÃO

Pode indicá-lo?

---

4. O conjunto das disciplinas ofertadas no seu curso contemplam a formação proposta no perfil do egresso e nas competências e habilidades do profissional a ser formado pela FADEP? ( ) SIM ( ) NÃO

Justifique

---

5. Você considera necessária alguma mudança no PPP do seu curso? ( ) SIM ( ) NÃO

Justifique

---

6. Você conhece o objetivo da Avaliação Institucional realizada na FADEP? ( ) SIM ( ) NÃO

Pode indicá-lo?

---

7. A avaliação Institucional realizada na FADEP avaliou o projeto pedagógico do Curso de Fisioterapia?

( ) SIM ( ) NÃO

8. Quais as repercussões/resultados que a avaliação tem trazido para a instituição?

Explique

---

9. Quais as repercussões/resultados que a avaliação tem trazido para o Projeto Político Pedagógico?

Explique

---



---